

DOSSIÊ IBIRAMA

A Barragem e a População da Área Indígena

- SANTOS, Silvio Coelho dos (Organizador)
- NAMEM, Alexandro N
- SANTOS, Silvio Coelho dos
- WERNER, Dennis Wayne
- LANGDON, Esther Jean
- MARTINS, Pedro

INVENTÁRIO DOS ACONTECIMENTOS RELACIONADOS
À BARRAGEM NORTE (IBIRAMA)

Alexandro M. Namem*

*1958 - Mobilização em Blumenau (SC), em virtude das frequentes enchentes do rio Itajaí-Açú, ocorridas na década de 50, com o objetivo de exigir das autoridades solução para o problema.

*Entre 1960 e 1974 - Estudos intermitentes relacionados à barragem realizados pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS): topografia; sondagens; estudos geotecnológicos; projeto e levantamento sócio-econômico; desapropriações.

*1961 - Definição do Plano de contenção de enchentes para o Vale do Itajaí, elaborado pelo DNOS, prevendo a construção de 3 (três) barragens localizadas em Taió, Ituporanga e Ibirama, e dragagens no rio Itajaí-Açú e Itajaí-Mirim.

*O Estado, Florianópolis(SC), 20/03/75 - Notícia que os índios estão ameaçados de deixar Ibirama devido à construção da barragem de controle das enchentes do Vale do Itajaí.

*06/10/75 - Decreto nº 76.392: declara de utilidade pública uma área, com aproximadamente 1.400 ha. (um mil e quatrocentos hectares), necessária ao lago de contenção da barragem.

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC).

*Dezembro/75 - Convênio firmado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e UFSC para elaboração do Projeto Xokleng, através de equipe interdisciplinar da UFSC e do Governo do Estado de Santa Catarina, coordenada pelo antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, objetivando estabelecer uma experiência nova de indigenismo em Ibirama. Por desinteresse da FUNAI e SUDESUL, esse projeto não foi implantado. O projeto enfatizava que, em virtude da construção da barragem, o lago de contenção atingiria as residências e as melhores terras agrícolas da área indígena, bem como criaria expectativas nos indígenas de exploração dos recursos naturais. O projeto sugeria que os indígenas estivessem presentes para acompanhar as decisões e que os mesmos fossem indenizados por benfeitorias e terras. Sugeria ainda que os convênios estabelecidos entre FUNAI e DNOS fossem acompanhados por integrantes do convênio SUDESUL/FUNAI/UFSC e pelos indígenas. Previa também o estímulo à utilização da mão-de-obra indígena nas obras da barragem, devidamente supervisionada pela FUNAI. Nada disso acabou acontecendo e tanto os índios como os participantes da equipe interdisciplinar ficaram frustrados em seus objetivos.

*Março/76 a 1981 - 1ª etapa da construção da barragem no rio Itajaí do Norte: canteiro de obras e túneis; 2ª etapa da construção (prosseguimento da obra).

*25/03/76 - Início do pagamento das desapropriações referentes às terras dos regionais atingidos pela barragem na localidade de barra do rio Dollmann.

- *O Estado, Florianópolis(SC), 09/06/78 - Notícia que serão abertas no dia 10/06/78, na sede do DNOS, no Rio de Janeiro, as propostas para a construção do maciço central da Barragem Norte em Ibirama.

- *15/09/78 - Sílvio Coelho dos Santos envia para o advogado Caio Lustosa, Porto Alegre, decreto de concessão das terras, aos índios localizados na área indígena de Ibirama, objetivando assegurar-lhes indenização pelas terras a serem inundadas pela barragem.

- *08/10/78 - Parecer de Caio Lustosa sobre o decreto de concessão das terras aos índios de Ibirama: os índios de Ibirama são titulares jurídicos das terras; para defesa das mesmas, expedir mandado de segurança e/ou interdito possessório; no caso de utilização das terras, deve-se viabilizar uma sub-rogação real.

- *O Estado, Florianópolis(SC), 14/12/78 - Notícia Edital de concorrência nº 147/78 destinada à execução do projeto de uma estrada de rodagem contornando a bacia de contenção da Barragem Norte em Ibirama.

- *Dezembro/78 - Enchente provocada pelo represamento das águas do rio Itajaí do Norte, causado pela ensecadeira (barragem de terra que serve para desviar o curso do rio enquanto se constrói a barragem propriamente dita), trazendo danos à população da área indígena.

- *O Estado, Florianópolis(SC), 09/01/79 - Notícia que os índios

não acreditam que o dinheiro proveniente da venda da madeira, localizada nas terras que serão inundadas pelas águas da barragem de Ibirama, será aplicado em seu benefício.

*O Estado, Florianópolis(SC), 12/01/79 - Notícia que a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ) impetrará, hoje, mandado de segurança contra a FUNAI pela venda da madeira das terras a serem inundadas pela barragem de Ibirama, visto que aos índios não interessa essa venda.

*O Estado, Florianópolis(SC), 25/01/79 - Notícia que o chefe da área indígena de Ibirama, José Claudinei Lombardi, diz que o dinheiro proveniente da venda de 15.000 m³ (quinze mil metros cúbicos) de madeira, da área que será inundada pela barragem, deverá ser aplicado em favor da população indígena. Segundo Lombardi, a FUNAI, como órgão tutor, deve por lei mediar o negócio, sendo que os índios não podem realizar nenhum ato sem a mediação da FUNAI.

*O Estado, Florianópolis(SC), 22/04/79 - Notícia que durante as comemorações da semana do índio, no Museu de Antropologia da UFSC, os índios de Ibirama ressaltaram os problemas provenientes da construção da barragem, e o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos falou do direito de indenização das terras a serem inundadas pela obra.

*O Estado, Florianópolis(SC), 17/06/79 - Notícia que a FUNAI quer licitar 15.000 m³ (quinze mil metros cúbicos) de madeira que estão localizados numa vasta área a ser inundada, a partir de

1980, pelas águas da barragem de controle de enchentes, que está sendo construída pelo DNOS em Ibirama. Pretende-se, assim, dar aos índios a auto-suficiência econômica, pois dessa renda serão retirados recursos para reinvestimento em projetos agrícolas e outras benfeitorias.

*Agosto/79 - Instauração da Comissão Especial Parlamentar Externa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para avaliar os problemas que vinham ocorrendo na área indígena de Ibirama. Essa comissão foi constituída pela Resolução nº 273/79 e presidida pelo então Deputado Estadual Álvaro Correia, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As conclusões dessa comissão não foram localizadas.

*08/10/79 - Enchente provocada pelo represamento das águas do rio Itajaí do Norte, causada pela ensecadeira, trazendo danos à população da área indígena. Com o rompimento da ensecadeira, aconteceram enchentes à jusante da barragem, causando danos aos regionais das cidades de José Boiteux, Dalbergia, Ibirama e Presidente Getúlio.

*1º Semestre/80 - Pagamento, aos regionais de José Boiteux, Dalbergia, Ibirama e Presidente Getúlio, das indenizações relativas aos danos causados pelo rompimento da ensecadeira em 08/10/79.

*O Estado, Florianópolis(SC), 03/04/80 - Notícia que as terras da área indígena de Ibirama serão inundadas em função da construção da barragem de controle das enchentes do Vale do Itajaí.

Até agora, os índios ainda não sabem como serão indenizados pela perda de suas terras, como também não sabem que destino será dado às árvores localizadas nessa área, que são de seu patrimônio. Além disso, a maioria das casas onde se concentram as famílias estão localizadas na parte da área indígena que será inundada, o que obrigará a mudança, mas ainda não se sabe para onde.

*Jornal da Associação Catarinense de Engenharia, Florianópolis (SC), 15/04/80 - Matéria sobre os índios Xokleng de Ibirama mostrando, entre outras coisas, que a construção da barragem causou discordância entre os índios.

*O Estado, Florianópolis(SC), 18/04/80 - Extensa matéria onde o índio de Ibirama, Lino Nunc-Nfoonro, e o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos enfatizam a dramaticidade da situação na área indígena, mostrando que a decisão de construir a barragem foi tomada unilateralmente pela FUNAI e DNOS sem haver discussão com os indígenas.

*13/05/80 - Memorando nº 328, encaminhado pelo Diretor Regional do DNOS ao antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, com o objetivo de que o mesmo aprecie as alternativas que o DNOS sugere em relação às terras e benfeitorias dos indígenas situadas na área do lago de contenção de enchentes, a ser formado pela barragem de Ibirama.

*O Estado, Florianópolis(SC), 18/05/80 - Notícia que a Comissão Especial Parlamentar Externa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (que trata dos problemas dos índios de Ibirama) e DNOS

levam, aos representantes indígenas, proposta de realocação de suas casas e desapropriação das terras da área indígena, a serem inundadas pelas águas da barragem. Os índios sugerem que os projetos sejam apresentados ao conselho indígena para discussão conjunta.

*22/05/80 - Em resposta ao Memorando nº 328, de 13/05/80, encaminhado pelo DNOS, Sílvio Coelho dos Santos manifesta apoio às alternativas apresentadas e faz votos que uma delas seja efetivamente implantada, a fim de assegurar aos índios seus direitos.

*O Estado, Florianópolis(SC), 19/06/80 - Notícia que o DNOS vai indenizar os prejuízos causados aos índios e regionais pela enchente do ano passado, conforme informou o delegado da FUNAI, em Curitiba, ao presidente da Comissão Especial Parlamentar Externa da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

*O Estado, Florianópolis(SC), 10/07/80 - Notícia que o DNOS entrega à FUNAI a quantia de Cr\$ 926.352,00 (Novecentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e dois cruzeiros), como indenização pelas terras ocupadas pelo lago de contenção da barragem de Ibirama.

*11/07/80 - Pagamento individual aos indígenas das indenizações relativas aos danos causados pelo represamento das águas do rio Itajaí do Norte, provocado pela ensecadeira em 08/10/79.

*01/08/80 - Pagamento da indenização relativa a bens, benfeitorias e igreja evangélica da área indígena de Ibirama.

*O Estado, Florianópolis(SC), 31/12/80 - Notícia que o Prefeito de Ibirama, Heinz Scheidemantel, questiona projeto da barragem. Segundo ele, as decisões foram tomadas sem consulta aos municípios vizinhos à obra; há dúvidas técnicas quanto à construção da mesma; ocorreram prejuízos causados pelas enchentes, provocadas pela barragem, que não foram indenizados; faz-se necessário um reestudo em amplo espectro.

*Dezembro/80 - Enchente provocada pelo represamento das águas do rio Itajaí do Norte, causado pela ensecadeira, trazendo danos à população da área indígena, que não foi indenizada. Com o rompimento da ensecadeira aconteceram enchentes à jusante da barragem, causando danos aos regionais de José Boiteux, Dalbergia, Ibirama e Presidente Getúlio.

*1º Semestre/81 - Pagamento, aos regionais de José Boiteux, Dalbergia, Ibirama e Presidente Getúlio, das indenizações relativas aos danos causados pelo rompimento da ensecadeira em dezembro/80.

*15/04/81 - Relatório final dos trabalhos da Comissão de Inquérito, constituída para avaliar o pedido de emancipação de 20/10/80 feito pelos índios de Ibirama, onde estão relacionados motivos que, segundo a referida comissão, geraram o pedido de emancipação: entre eles, enchentes provocadas pela construção da barragem, bem como omissão da FUNAI no que diz respeito a exigir do DNOS justa indenização das terras a serem inundadas pelo lago de contenção das águas da barragem.

- *A Notícia, Joinville(SC), 17/04/81 - Noticia que antropólogos criticam DNOS pela construção da barragem de Ibirama. Segundo eles, a FUNAI se omitiu, não tentou evitar que a barragem fosse construída e não consultou os índios.
- *O Estado, Florianópolis(SC), 22/05/81 - Noticia que os índios mantêm presos funcionários da FUNAI para verem atendidas suas reivindicações, entre elas uma indenização justa, por parte do DNOS, pela desapropriação de parte das terras da área indígena, ocupada pelo lago de contenção de enchentes, da barragem de Ibirama.
- *23/06/81 - Formação da Comissão Indígena, integrada por Xokleng, Kaingang e mestiços, com o objetivo de atuar nas questões provenientes da barragem. Nessa comissão não havia representantes dos Guarani e dos cafuzos.
- *O Estado, Florianópolis(SC), 02/07/81 - Noticia que o Delegado Regional da FUNAI para o Paraná e Santa Catarina, Harry Luiz Ávila Teles, anunciou que a FUNAI pagará a indenização requerida pelos índios de Ibirama, mesmo sem receber os recursos do DNOS.
- *17/07/81 - Celebração do Convênio nº 029/81 - 14º DR, processo nº 04888/81, entre DNOS e FUNAI, objetivando a utilização de parte da área indígena de Ibirama para construção de barragem de controle das enchentes do Vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina. Em virtude do referido convênio, está previsto: a remoção dos indígenas residentes na área destinada ao lago de con -

tenção da barragem, bem como dos seus bens removíveis; a construção de benfeitorias, tais como casas de madeira, igreja, prédios de alvenaria destinados a escola e enfermaria, redes d'água e eletricidade e estradas; a indenização das plantações atingidas pelo lago de contenção, utilização da área de contenção para caça, pesca, pecuária e exploração florestal, quando da vazão da baixa hidráulica; o financiamento de projeto agrícola e florestal como forma de compensar a perda das terras cultiváveis que serão submersas.

*Diário Oficial de Santa Catarina nº 11771, de 24/07/81 - Edita às páginas 17 e 18, o Convênio nº 029/81 - 14º DR, processo nº 04888/81, celebrado em 17/07/81, entre DNOS e FUNAI.

*1981 a 1983 - Paralisação da construção da barragem por falta de recursos.

*03/02/82 - Pagamento à FUNAI, por parte do DNOS, do valor relativo ao projeto agrícola a ser implantado na área indígena de Ibirama.

*O Estado, Florianópolis(SC), 20/04/82 - Sílvio Coelho dos Santos e Sálvio Alexandre Müller discutem os problemas relativos à área indígena de Ibirama e sugerem que a FUNAI promova reunião com as lideranças indígenas, DNOS e antropólogos.

*19/06/82 - A Liderança Indígena e o Conselho Indígena enviam carta ao Presidente da FUNAI relatando os problemas provenientes da construção da barragem. Entre eles a falta de uma inden

zação justa das terras a serem inundadas e da madeira(árvores) existente nessas terras, bem como de benfeitorias que não foram relacionadas mas que, segundo os índios, deveriam ser indenizadas. Apontavam, também, a desconsideração das implicações e dos prejuízos que estariam sujeitos quando das enchentes temporárias (com a formação do lago de contenção), e as enchentes ocorridas antes eram um exemplo disso. Lembrando que são os legítimos proprietários daquelas terras, enfatizavam a falta de respostas concretas sobre a indenização. Sugeriam, ainda, uma reunião com a presença dos líderes indígenas, antropólogos, representantes do DNOS e de outros órgãos governamentais, porventura interessados no assunto, objetivando a discussão dos problemas.

*Janeiro/83 - Índios embargam obras da via de contorno do lago de contenção, localizada no interior da área indígena de Ibirama.

*12/04/83 - Reinício da construção da barragem (prosseguimento da obra).

*O Estado, Florianópolis(SC), 19/04/83 - "Dia do Índio": Sílvio Coelho dos Santos coordena, na UFSC, mesa redonda sobre o tema "A barragem de Ibirama e suas implicações sociais". O debate mostrou que em Ibirama ocorre uma das situações mais graves em termos de relações entre integrantes de uma minoria indígena e um Estado Nacional. Isso, por exemplo, pela desconsideração em relação ao título das terras da área indígena, de propriedade coletiva dos Xokleng, quando do convênio DNOS/FUNAI, bem

como pela total falta de planejamento em relação à indenização das terras que serão inundadas com a construção da barragem.

*Abril/83 - Debate sobre Ibirama, na UFSC, com participação de deputados estaduais, representantes do DNOS, indígenas e antropólogos.

*O Estado, Florianópolis(SC), 03/05/83 - Notícia Concorrência Pública para construção de casas de madeira (68 unidades - 3.824 m²) e alvenaria (03 unidades - 604 m²) publicada pela FUNAI. Edital completo publicado no Diário Oficial de Santa Catarina nº 12.198, de 22/04/83, às páginas 42 e 43, e no Diário Oficial do Paraná nº 1.520, de 22/04/83, às páginas 34 e 35.

*O Estado, Florianópolis(SC), 28/05/83 - Notícia que os índios de Ibirama tomam como reféns 15 (quinze) trabalhadores e máquinas do DNOS e embargam as obras da estrada de contorno que vai circundar o lago de contenção das águas da barragem de Ibirama.

*O Estado, Florianópolis(SC), 28/05/83 - Notícia que o Diretor Regional do DNOS, Aurélio Carlos Remor, solicitou auxílio das polícias, Estadual e Federal, no sentido de evitar violência no episódio de apreensão de trabalhadores e máquinas do DNOS, por parte dos índios da área indígena de Ibirama.

*O Estado, Florianópolis(SC), 29/05/83 - Notícia que os índios de Ibirama apreendem maquinário do DNOS que trabalhava nas obras da estrada de contorno do lago de contenção das águas da barragem. Segundo os indígenas, o maquinário só será liberado

quando receberem a indenização de Cr\$ 180.000.000,00 (Cento e oitenta milhões de cruzeiros) relativa às suas terras (817 hectares), que está atrasada 5 (cinco) anos.

*O Estado, Florianópolis(SC), 31/05/83 - Notícia que os índios de Ibirama liberam máquinas e funcionários do DNOS, mediante reunião favorável com aquele órgão e a FUNAI, relativa aos Cr\$ 180.000.000,00 (Cento e oitenta milhões de cruzeiros) de indenização das terras que serão inundadas pelo lago de contenção das águas da barragem.

*Maio/83 - FUNAI endereça expediente ao DNOS reconhecendo que a área indígena de Ibirama é propriedade dos Xokleng e pleiteando indenização pela utilização das terras.

*O Estado, Florianópolis(SC), 01/06/83 - Notícia que antropólogos pretendem entrar na justiça exigindo indenização para os índios de Ibirama.

*O Estado, Florianópolis(SC), 30/06/83 - Notícia que o Diretor Regional do DNOS, Aurélio Carlos Remor, garante que o projeto de engenharia da barragem de Ibirama é seguro.

*O Estado, Florianópolis(SC), 01/07/83 - Anunciado pelo DNOS que a União liberou Cr\$ 1.000.000.000,00 (Um bilhão de cruzeiros) para obras da galeria e Cr\$ 600.000.000,00 (Seiscentos milhões de cruzeiros) para obras das estradas de contorno do lago de contenção das águas da barragem de Ibirama.

- *06 e 20/07/83 - Pagamento do valor relativo ao projeto de instalação elétrica a ser implantado na área indígena de Ibirama.

- *26/07/83 - Pagamento do valor relativo à alienação pela utilização das terras da área indígena de Ibirama para o lago de contenção das águas da barragem.

- *2º Semestre/83 - Extinção da Comissão Indígena após o pagamento da indenização pelas terras da área indígena.

- *Julho/83 - Enchente provocada pelo represamento das águas do rio Itajaí do Norte, causado pela ensecadeira, trazendo danos à população da área indígena.

- *Julho/83 - 1º Seminário de consequências sociais de barragens na América Latina; em Buenos Aires (Argentina), com o patrocínio da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde Sílvio Coelho dos Santos apresentou o trabalho: "Construção de barragens e sociedades indígenas no sul do Brasil", posteriormente publicado na revista Ciência e Cultura (ver bibliografia comentada adiante).

- *Julho/83 - Em virtude da enchente ocorrida no referido mês, a Prefeitura de Ibirama, Comissão Estadual de Defesa Civil (CEDEC) e UFSC, com apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), fazem chegar à população indígena suprimentos de alimentos e agasalhos.

- *0 Estado, Florianópolis(SC), 13/08/83 - Notícia que o Deputado

Álvaro Correa, em discurso proferido na tribuna da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, informa que os índios da área indígena de Ibirama receberam cerca de Cr\$ 217.000.000,00 (Duzentos e dezeseite milhões de cruzeiros), a título de indenização, pelas terras que serão inundadas pelo lago de contenção das águas da barragem.

*O Estado, Florianópolis(SC), 14/08/83 - Matéria intitulada "Índios, enchentes e burocracia", de Sílvio Coelho dos Santos, relatando a história da área indígena de Ibirama, incluindo aí o processo relacionado com a barragem de contenção das enchentes do Vale do Itajaí, e denunciando a morosidade da burocracia para lidar com a questão indígena, em especial com a população indígena de Ibirama.

*22/08/83 - Assinatura do 1º aditivo do convênio celebrado pelo DNOS e FUNAI, em 17/07/81, prevendo: alteração do valor das indenizações devido à desvalorização das mesmas; diminuição da quilometragem da estrada da margem esquerda do rio Itajaí do Norte; indenização das culturas temporárias e permanentes da área a ser utilizada para contenção das águas da barragem; e alienação da área a ser inundada pelo lago de contenção das águas da barragem.

*O Estado, Florianópolis(SC), 26/03/84 - Notícia que em agosto/83 cada família indígena recebeu Cr\$ 700.000,00 (Setecentos mil cruzeiros) e uma caderneta de poupança de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros), como forma de indenização pela construção da barragem de Ibirama.

- *Agosto/84 - Enchente provocada pelo represamento das águas do rio Itajaí do Norte, causado pela ensecadeira, trazendo danos à população da área indígena.

- *O Estado, Florianópolis(SC), 09/12/84 - Notícia que sem abrir mão das medidas que exigem ordem na derrubada de árvores, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) concedeu, até hoje, apenas uma autorização para se processar o corte na área indígena de Ibirama. Foi para abrir uma área destinada à instalação de novas moradias e lavouras, em decorrência da necessidade de transferir a população indígena para um local mais alto, face à inundação provocada pelo lago de contenção das águas da barragem.

- *28/12/84 - Assinatura do 2º aditivo do convênio celebrado pelo DNOS e FUNAI, em 17/07/81, prevendo: indenização pelos danos materiais causados aos indígenas decorrentes da enchente de julho/83; e alteração de valores para conclusão das benfeitorias referentes ao convênio DNOS/FUNAI.

- *25/11/86 - Em reunião realizada no Museu de Antropologia da UFSC, que tinha como objetivo discutir as consequências sociais da construção de barragens, cientistas sociais de renome nacional e internacional elaboraram documento sobre política energética, barragens e populações atingidas. Ficaram definidas as seguintes sugestões a serem consideradas quando do desenvolvimento desses projetos de engenharia: 1- Quanto às populações atingidas: participação, em todos os níveis de decisão, das populações atingidas; valorização do etnoconhecimento des-

sas populações; e reconhecimento da dramaticidade das perdas dos níveis sócio-organizativos e culturais das mesmas. 2- Quanto aos problemas ambientais e econômicos: necessidade de realizar estudos de impacto ambiental; necessidade de definir a questão das perdas agrícolas, no mínimo por um prazo tão longo quanto o previsto para a duração útil das barragens. 3- Quanto à política energética e projetos de barragem: considerar que há necessidade de discussão democrática para definir a política energética nacional; investir na busca de soluções alternativas para os problemas energéticos; priorizar a definição de uma política de conservação de energia; destacar que o modelo energético assumido pelos países latino-americanos está submetido aos interesses urbano-industriais em detrimento de outros segmentos populacionais; reconhecer que a definição dos projetos hidrelétricos está submetido aos interesses de uma burocracia estatal e privada, autônoma, com forte tendência de auto-reprodução e portanto potencialmente orientada para defesa de seus próprios interesses; relevar que existe necessidade de haver avaliações independentes, não sujeitas às agências financeiras e as empresas construtoras, das questões sócio-culturais e ambientais; enfatizar que a comunidade científica deve repassar às populações atingidas os conhecimentos produzidos sobre sua própria realidade e sobre a verdadeira dimensão do impacto dessas obras, visando subsidiá-las para a tomada de decisões quando das negociações.

*19/11/87 - Documento assinado por índios, FUNAI e DNOS estabelecendo o cumprimento do convênio DNOS/FUNAI de 17/07/81 e pleiteando outras obras, quais sejam: 2 (duas) pontes pênséis;

estrada ligando a Sede ao Bugio (12 km); conclusão da estrada da margem esquerda do rio Itajaí do Norte (11 km); construção de casas, 1 (uma) escola na margem direita do rio Itajaí do Norte, e 1 (uma) escola e 1 (uma) enfermaria para os Guarani, aproveitando material disponível no canteiro de obras da barragem.

*Jornal Vale do Norte, Ibirama(SC), 03/12/88 - Notícia que o funcionário da FUNAI, Luiz Alberto Bavaresco, chefe da área indígena de Ibirama, diz que está colocando em prática um grande plano de trabalho com o objetivo de tornar a área auto-suficiente a médio e longo prazo. Para tanto, terá como fonte de receitas a exploração agrícola, a bovinocultura, a apicultura e o reflorestamento com espécies destinadas à exploração comercial. Ainda segundo Bavaresco, estariam sendo implantadas novas redes de água e energia elétrica. Vinte e cinco (25) casas, que fazem parte das benfeitorias e que já deveriam ter sido construídas em virtude do convênio DNOS/FUNAI de 17/07/81, deverão ser edificadas brevemente, disse o funcionário da FUNAI. Através do DNOS estariam sendo efetuados melhoramentos na escola, enfermaria e sede administrativa da área indígena, bem como da infra-estrutura assistencial da população da mesma.

*25/05/89 - Carta enviada pelos índios de Ibirama ao Superintendente Regional da FUNAI (Curitiba), com cópia enviada ao Administrador Regional da FUNAI (Chapecó) e ao Editor do Jornal Vale do Norte (Ibirama), pedindo providências da FUNAI para resolver os graves problemas daquela área indígena. A carta tem por base a entrevista dada ao Jornal Vale do Norte(SC), por Luiz Alberto Bavaresco, em 03/12/88, tomando-a como exemplo do

total descaso em relação aos índios de Ibirama. A carta desmente item por item a entrevista dada pelo funcionário da FUNAI, argumentando que nada do que foi dito está sendo efetivamente realizado.

*01/08/89 - Carta enviada à ANAÍ (Porto Alegre-RS) pelos índios de Ibirama, solicitando que essa associação intervenha para que a Procuradoria Geral da República no Estado de Santa Catarina apoie os índios nas negociações frente ao DNOS.

*01/08/89 - Carta enviada pela Sra. Hilda Zimmermann, Presidente da ANAÍ/RS, à Procuradoria Geral da República no Estado de Santa Catarina, solicitando que a mesma interceda a fim de que seja cumprido, em sua totalidade, o convênio assinado entre DNOS/FUNAI, em 17/07/81, em virtude da construção da barragem de Ibirama.

*Folha da Tarde, São Paulo(SP); Jornal do Brasil, Rio de Janeiro(RJ); Jornal do Comércio, Rio de Janeiro(RJ); Zero Hora, Porto Alegre(RS), 01/08/89 - Noticiam que os índios de Ibirama procuraram a ANAÍ/RS para obter apoio no sentido de entrar na justiça, junto à Procuradoria Geral da República no Estado de Santa Catarina, a fim de que fosse cumprido na sua totalidade o convênio DNOS/FUNAI, de 17/07/81, que foi assinado em virtude da construção da barragem de Ibirama. Na mesma matéria os índios alegaram boicote da imprensa catarinense, daí terem procurado a imprensa de outros estados.

*09/08/89 - Paralisação das obras da barragem por falta de recursos.

*Diário Catarinense, Florianópolis(SC), 22/08/89 - Notícia que os índios de Ibirama e a Presidenta da ANAÍ/RS, em audiência com o Procurador Geral da República no Estado de Santa Catarina, requerem o cumprimento do convênio DNOS/FUNAI de 17/07/81.

*A Notícia, Joinville (SC); Diário Catarinense, Florianópolis (SC); Jornal de Santa Catarina, Blumenau(SC), 22/08/89 - Noticiam que a Procuradoria Geral da República no Estado de Santa Catarina entrou com uma ação ordinária, contra o DNOS e a FUNAI, para que seja cumprido na sua totalidade o convênio de 17/07/81, assinado entre as duas instituições, em virtude da construção da barragem de Ibirama.

*Setembro/89 - Devido às intensas chuvas do referido mês, formou-se um lago a montante da barragem de Ibirama, pois esta, muito embora não concluída, impedia a vazão normal das águas do rio Itajaí do Norte. Como cinco (5) famílias indígenas ainda residiam nas terras destinadas ao lago de contenção das águas, localizado no interior da área indígena, três (3) delas tiveram suas casas invadidas pelas águas, trazendo-lhes muitos prejuízos, tais como mobília estragada, morte de animais domésticos, etc.

*Diário Catarinense, Florianópolis(SC), 27/11/89 - Notícia reinício das obras da barragem, em 24/11/89, com a colocação da segunda comporta. Para que a conclusão da obra seja possível, os representantes catarinenses na Câmara e Senado Federal, assim como na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, precisam conseguir a liberação de recursos por parte da União.

*Diário Catarinense, Florianópolis(SC), 05/04/90 - Notícia que em virtude da extinção do DNOS, os índios de Ibirama bloquearam a saída do canteiro de obras da Barragem Norte, impedindo que caminhões transportassem o material do mesmo, tendo em vista que parte desse material serviria à construção de casas, escola e enfermaria quando da conclusão da obra, conforme combinado anteriormente.

*Diário Catarinense, Florianópolis(SC), 10/05/90 - Notícia que o Diário da União, de 08/05/90, publicou Decreto nº 99.240, extinguindo várias empresas, entre elas o DNOS, que está temporariamente vinculado ao Ministério da Agricultura, mas sem nenhuma dotação orçamentária. Por isso, as barragens de Ibirama, Taió e Ituporanga estão sem manutenção.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

*ASPELIN, Paul L. & SANTOS, Sílvio C. dos. Indian areas threatened by hidroelectric projects in Brazil. IWGIA Document 44. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs, 1981.

O caso de Ibirama também está relatado. Os autores mostram que um total de pelo menos 100.000 ha. (cem mil hectares) de terras indígenas no país serão inundadas, ou então expropriadas, por projetos de barragens. Além do caráter de denúncia, o livro enfatiza a necessidade de um estudo comparativo interdisciplinar de larga escala para avaliar a situação das populações indígenas ameaçadas por esses projetos, bem como a necessidade de um estudo para elaborar avaliações sobre as prováveis consequências econômicas, sociais, culturais e físicas provenientes dos mesmos.

* Áreas indígenas ameaçadas por projetos hidrelétricos

no Brasil. Anais do Museu de Antropologia da UFSC, Florianópolis, UFSC, 1982, p. 5-25.

O trabalho é uma síntese do "Indian areas threatened by hydroelectric projects in Brazil" (referido acima).

*MULLER, Sálvio A. & SANTOS, Sílvio C. dos. As barragens e os grupos indígenas - o caso Xokleng. Boletim de Ciências Sociais, Florianópolis, UFSC, 1981, p. 16-20.

Os autores destacam a dramática situação dos índios em decorrência da implantação da barragem de Ibirama. Sugerem que a FUNAI promova uma reunião envolvendo as lideranças indígenas, o DNOS e os antropólogos que estão atuando naquela área e na questão de barragens, objetivando equacionar a problemática em foco e obter algumas diretrizes que orientem a FUNAI e os índios quanto à solução dos problemas mais graves que estão ocorrendo em Ibirama.

*MULLER, Sálvio A. Opressão e Depredação. Blumenau, FURR/Nova Safra, 1987.

Publicação com base em dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em setembro/85, sob o título "Efeitos desagregadores da construção da barragem de Ibirama sobre a comunidade indígena". Segundo o autor, a construção da barragem veio a acelerar um processo de desintegração social da comunidade, pois aumentou as tensões entre os diferentes grupos étnicos residentes na área indígena, processo esse já colocado pela situação de dependência e exploração em relação aos regionais, vivenciado historicamente pelos mesmos.

*MAYBURY-LEWIS, David. "Prefácio". In Sílvio C. dos Santos (Org.), O índio perante o Direito. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1982, p. 9-13.

O autor chama atenção para o fato de que os projetos de barragens têm caracteristicamente efeitos extremamente negativos sobre a ecologia e sobre as populações locais, sejam elas indígenas ou não. Sugere, então, que se considere estra-

tégias alternativas de desenvolvimento.

- *SANTOS, Sílvio C. dos. Construção de barragens e sociedades indígenas no sul do Brasil. Ciência e Cultura, 36(6), 1984, p. 933-44.

O autor mostra que nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul há 7 (sete) áreas ocupadas por indígenas que estão ameaçadas por projetos de implantação de barragens e suas consequências negativas. Em relação à barragem de Ibirama, entre outras coisas, o autor mostra, como consequência, a intensificação da exploração florestal e a consequente formação de diversas facções, que disputam não somente os escassos favores da FUNAI mas, também, formas de poder que viabilizam aquela exploração.

- *_____. Os índios da região sul e a construção de barragens. Perspectiva, V. 11, nº 38, Erechim (RS), 1986, p. 3-20.

O autor faz referência às áreas indígenas que estão ameaçadas por projetos de implantação de barragens no sul do Brasil, entre elas a área indígena de Ibirama. Nesse texto o autor enfatiza que estão sendo dados os passos para se chegar a uma melhor compreensão das consequências sociais das grandes obras de engenharia, compreensão essa necessária para instrumentar o governo, as empresas que constroem barragens e os grupos sociais potencialmente atingidos por tais obras.

- *_____. A barragem de Ibirama e os índios. GEOSUL: Revista do Depto. de Geociências, nº 4, ano 2 - 2º semestre, Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987, p. 42-7.

O autor enfatiza a situação dramática em que vivem os índios, agravada, sobretudo, pela construção da barragem para contenção de enchentes do Vale do Itajaí.

- *_____. Povos indígenas e a Constituinte. Florianópolis, Ed. da UFSC/Movimento, 1989.

O autor defende a tese de que o Brasil deveria ter se reco-

nhecido na recém promulgada Constituição de 1988 como República Federativa multiétnica e plurissocietária. O autor reconstitui as relações entre brancos e índios, da época da colonização aos dias de hoje, mostrando o quanto têm sido aviltados os direitos das minorias étnicas no Brasil e toma como exemplo, entre outros, o caso de Ibirama, agravado com a construção da barragem para contenção das enchentes do Vale do Itajaí.

*WERNER, Dennis W.. Psycho-Social Stress and the Construction of a Flood-Control Dam in Santa Catarina, Brazil. Human Organization, 44(2), 1985, p. 161-67.

O autor mostra que o stress causado pela construção da barragem entre os regionais da barra do rio Dollmann e os habitantes da área indígena de Ibirama foi um dos maiores do mundo se comparado com outras populações estudadas. Outra consequência, segundo o autor, foi o acirramento dos conflitos entre as facções existentes na área indígena. Concluindo, o autor coloca a seguinte questão: é correto beneficiarmos, com a construção de barragens, populações que vivem em cidades distantes, portanto longe dos problemas causados por essas obras, em detrimento de populações que sofrem diretamente tais problemas?

*WERNER, Dennis W. "et alii". As enchentes do Vale do Itajaí, as barragens e suas consequências sociais. Cadernos de Ciências Sociais, V. 7, nº 1, Florianópolis, UFSC, 1987.

Os autores discutem as consequências (sempre negativas) ecológicas, econômicas e psicossociais da construção de barragens no mundo e, em particular, no Vale do Itajaí. Segundo os autores, em relação à barragem de Ibirama, talvez o maior problema ecológico provocado foi o acentuado desmatamento na área indígena depois de iniciada a obra. Esse desmatamento, juntamente com práticas agrícolas que causam maior erosão, pode anular a função da barragem, alertam os autores. Quanto às questões econômicas, referem-se os autores ao demorado processo indenizatório pelas perdas de terras e benfeitorias, indenizações essas que acabaram por não contemplar to-

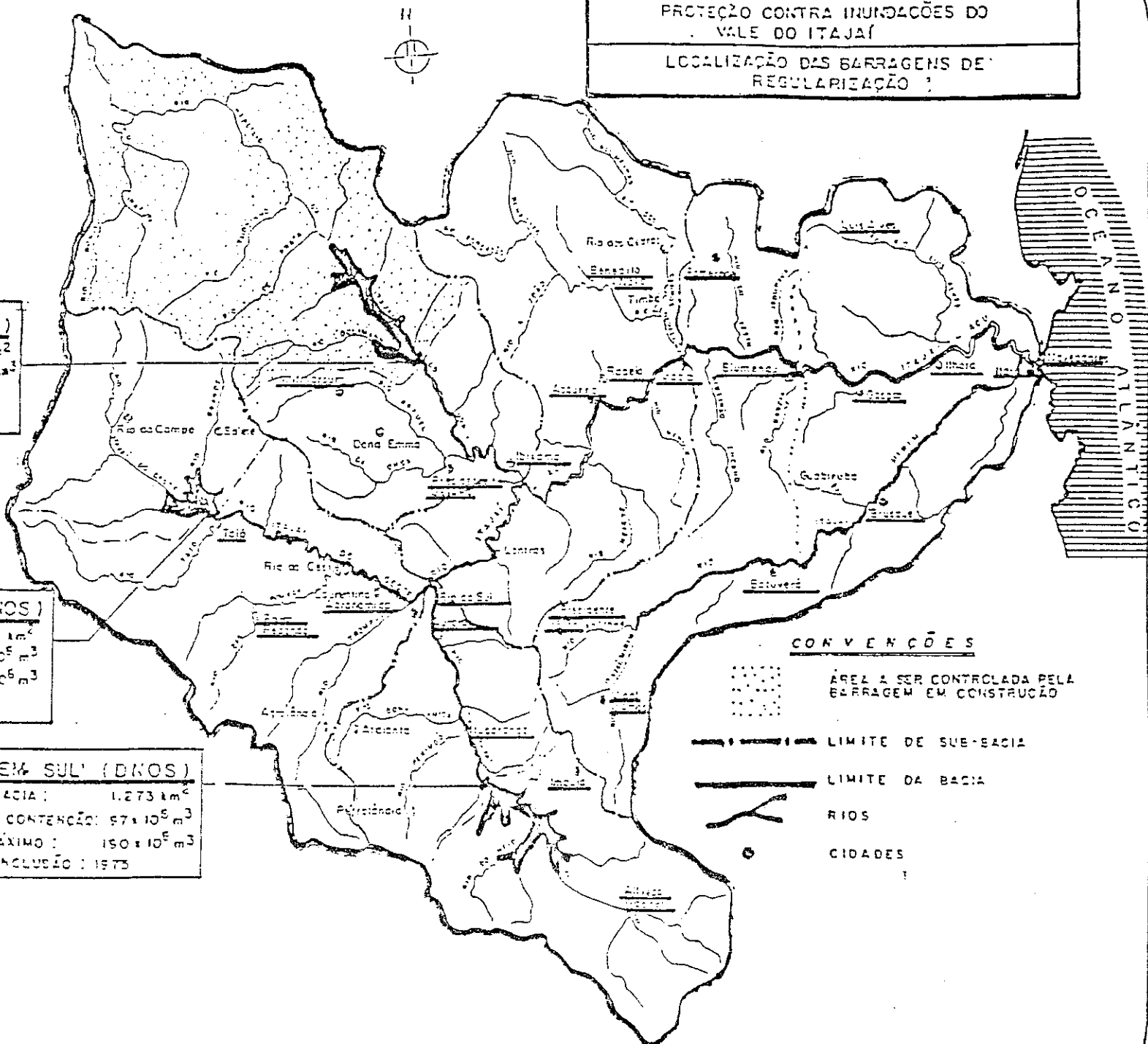
das as necessidades das populações envolvidas, tais como, acesso a recursos públicos (escolas, hospitais, etc), condições dignas de sobrevivência (terras, empregos, etc), entre outras. Muitos entre os regionais de barra do rio Dollmann, que tiveram necessidade de mudar de local, alterando suas atividades econômicas, não conseguiram manter o mesmo padrão de vida em cidades de Santa Catarina. Em relação às questões psicossociais, o "stress" entre os regionais de barra do rio Dollmann e os indígenas, causado pela construção da obra, revelou-se como um dos maiores do mundo, se comparado com outras populações estudadas. Na área indígena, onde coabitam populações étnicas diferenciadas, a efetivação das obras da barragem acirrou ainda mais os conflitos entre as facções, segundo os autores.

PROTEÇÃO CONTRA INUNDAÇÕES DO VALE DO ITAJAÍ
LOCALIZAÇÃO DAS BARRAGENS DE REGULARIZAÇÃO

BARRAGEM NORTE (DNOS)
ÁREA DA BACIA : 2.318 km²
VOLUME DE CONTENÇÃO : 357 x 10⁶ m³
VOLUME MÁXIMO : 450 x 10⁶ m³
EM CONSTRUÇÃO

BARRAGEM OESTE (DNOS)
ÁREA DA BACIA : 1.042 km²
VOLUME DE CONTENÇÃO : 83 x 10⁶ m³
VOLUME MÁXIMO : 110 x 10⁶ m³
ANO DE CONCLUSÃO : 1973

BARRAGEM SUL (DNOS)
ÁREA DA BACIA : 1.273 km²
VOLUME DE CONTENÇÃO : 57 x 10⁶ m³
VOLUME MÁXIMO : 150 x 10⁶ m³
ANO DE CONCLUSÃO : 1973

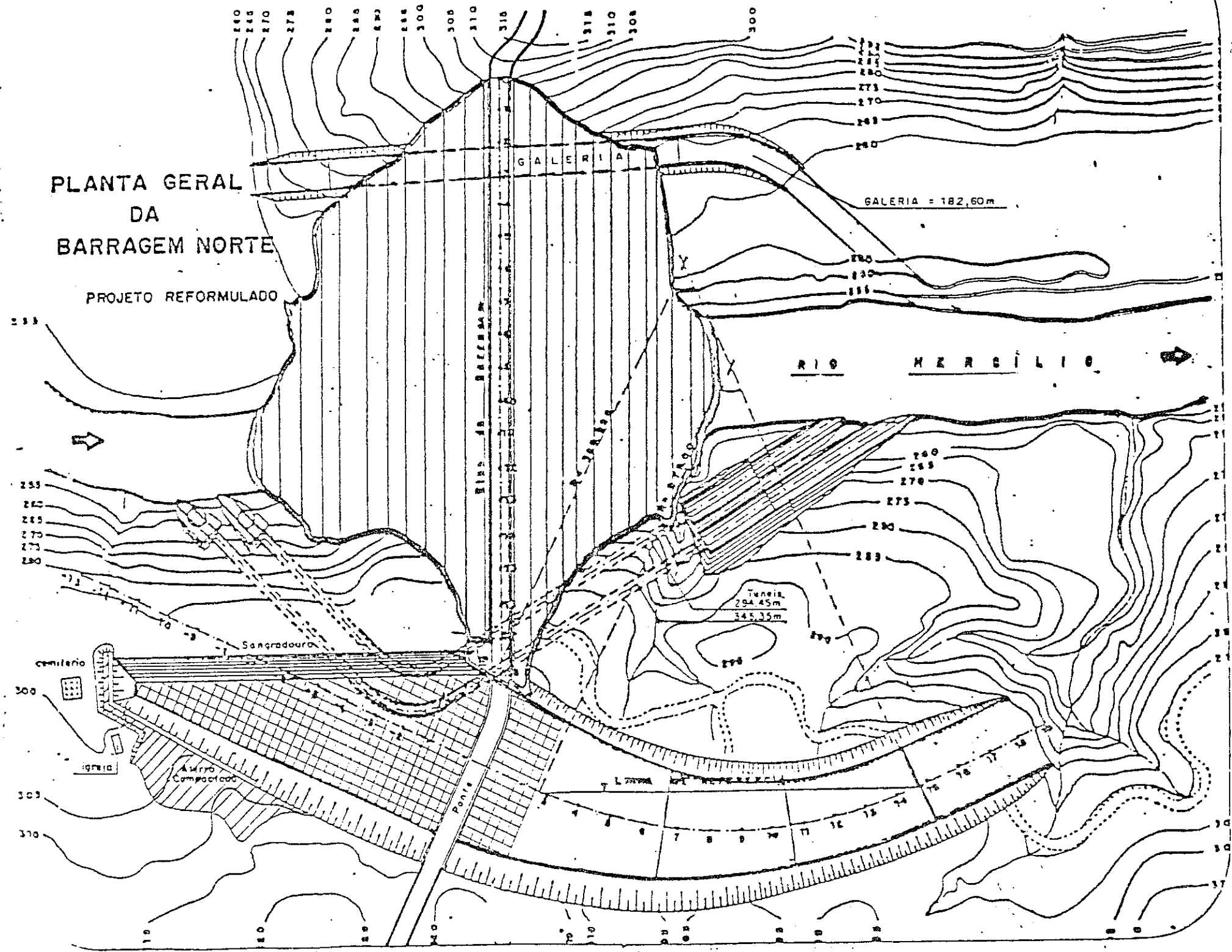


- CONVENÇÕES**
- ÁREA A SER CONTROLADA PELA BARRAGEM EM CONSTRUÇÃO
 - LIMITE DE SUB-BACIA
 - LIMITE DA BACIA
 - RIOS
 - CIDADES

OCEANO ATLÂNTICO

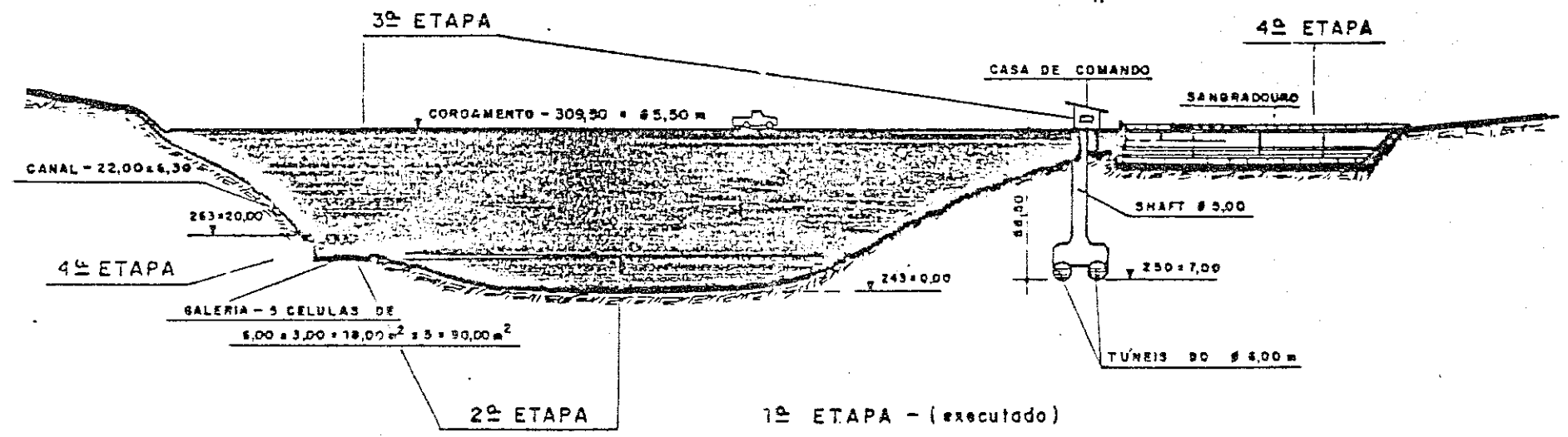
PLANTA GERAL DA BARRAGEM NORTE

PROJETO REFORMULADO



ASSUNTO: _____
 Nº _____

SEÇÃO LONGITUDINAL DA "BARRAGEM NORTE"



Descarga Máxima da Barragem

Dez. - 1980	-	2.000 m ³ p/seg.
Jul. - 1983	-	1.200 m ³ p/seg.
Ago. - 1984	-	1.100 m ³ p/seg.

Seção de Vazão durante a construção

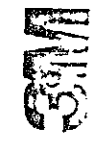
Túneis	_____	52,00 m ²
Galeria	_____	90,00 m ²
Canal	_____	138,00 m ²
Total	_____	280,00 m ²

CAPACIDADE DAS ESTRUTURAS DE DESVIO = 2.300 m³/seg.

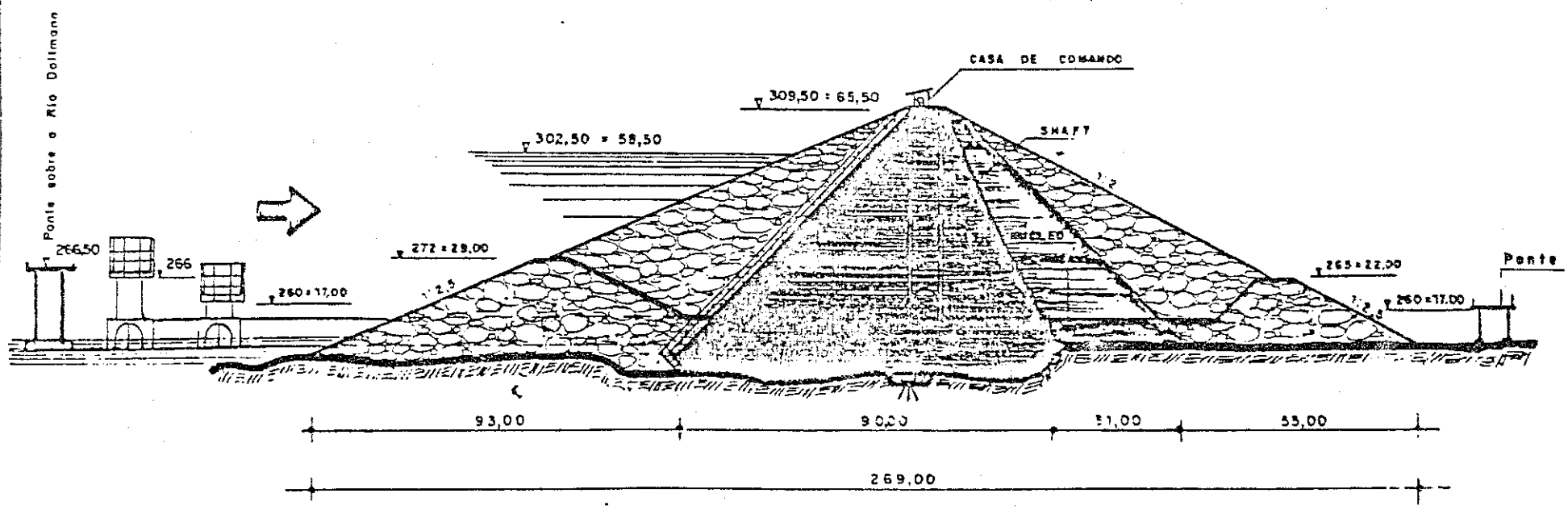
Vazão média do Rio Hercílio = 30,00 m³ p/seg.

PRODUTOS VISUAIS - 3M
 CLAREZA E OBJETIVIDADE
 NA MODERNA COMUNICAÇÃO

SEÇÃO TRANSVERSAL DA "BARRAGEM NORTE"

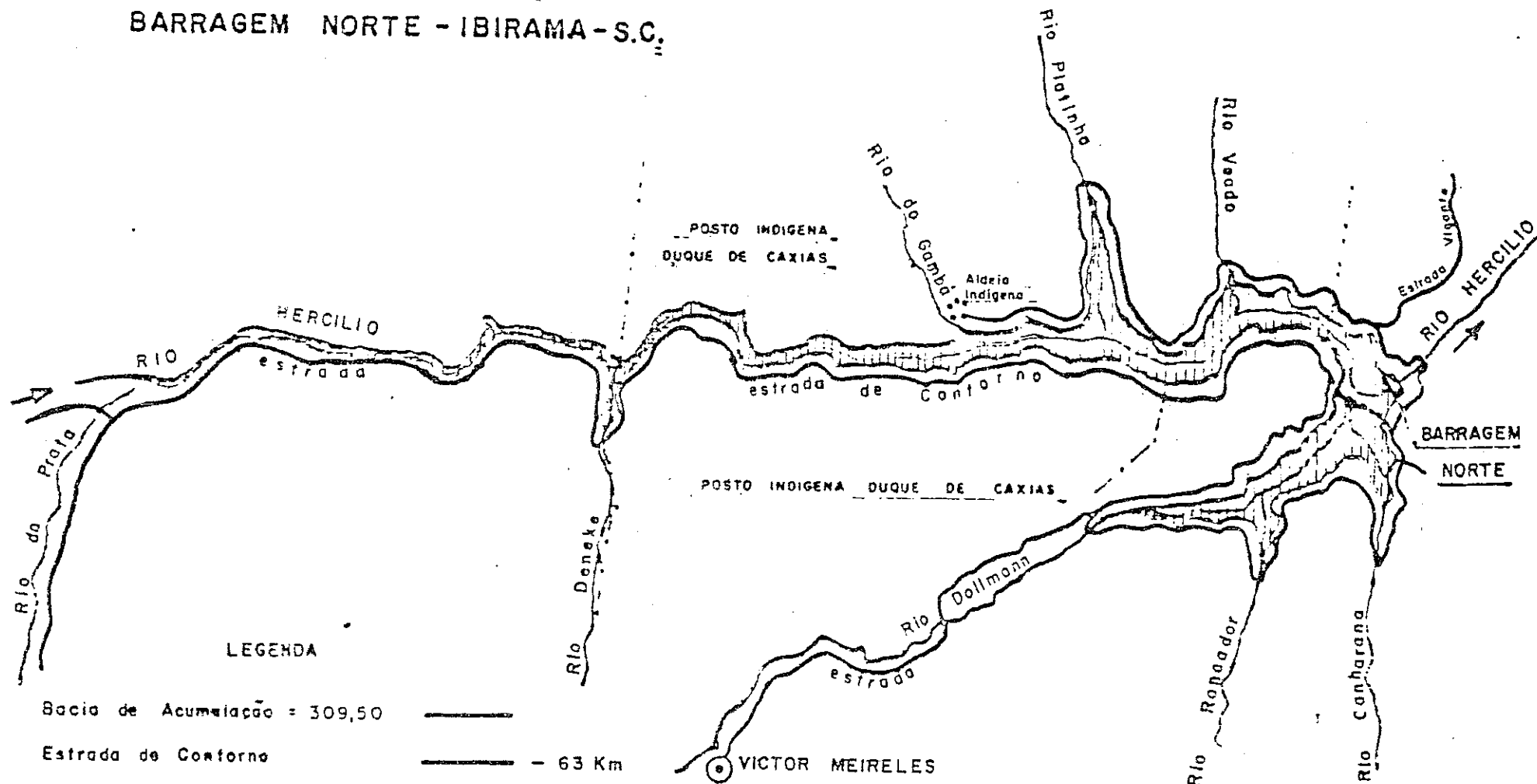


PRODUTOS VISUAIS



ASSUNTO:

ESTRADA DE CONTORNO DA BARRAGEM NORTE - IBIRAMA - S.C.



LEGENDA

- Bacia de Acumulação = 309,50
- Estrada de Contorno - 63 Km
- Limite Reserva indígena

Área da Reserva indígena ocupada pela Bacia de Acumulação : 817,42 ha.
 Área da Reserva indígena ocupada pela Estrada de Contorno : 39,10 ha.
 Área total ocupada : 856,52 ha. - = 6%

ÁREA TOTAL DA RESERVA INDÍGENA



PRODUTOS VISUAIS

CLAREZA E OBJETIVIDADE NA MODERNA COMUNICAÇÃO

UNTO: _____

Stress Psicosocial entre os Índios do A.I. Ibirama

Dennis Werner

"É um problema psicológico." Eis uma afirmação cheia de conotações erradas. Para muitas pessoas, problemas psicológicos não são reais. As vezes se explica que um problema é "apenas psicológico," do mesmo jeito que se explica para uma criança que os fantasmas do sonho são irrealis, e sem importância. Mesmo para os que admitem a seriedade de problemas psicológicos, é comum culpar a vítima pelo seu próprio problema, assim se isentando de qualquer responsabilidade. Mas os problemas psicológicos são reais, são sérios, e muitas vezes conseqüências do meio social e econômico e não da personalidade de um indivíduo.

Nestas páginas quero chamar atenção para o problema de "stress" entre os índios do A.I. Ibirama. "Stress" é um tema amplamente pesquisado tanto por psicólogos como por médicos e outros pesquisadores da área de saúde. Experiências com animais demonstram que fatores psicológicos (como o fato de um choque elétrico ser imprevisível) causam mais úlceras gástricas que fatores físicos (como um maior número ou intensidade de choques elétricos).¹ Pesquisas entre seres humanos mostram que a probabilidade de contrair uma doença é muito maior nos indivíduos que há pouco sofreram uma mudança social drástica nas suas vidas, ou que tem vidas caracterizadas por eventos considerados "estressantes" como problemas sérios com a família, moradia, ou trabalho.² A partir das primeiras pesquisas sobre "stress," vários estudiosos têm tentado distinguir, para diferentes sociedades modernas, os eventos na vida de uma pessoa que acarretam uma maior sensação de "stress" e maiores problemas de saúde.³

Pesquisas psicológicas realizadas entre várias sociedades indígenas no Canadá, Austrália, Nova Guiné, e Africa, documentaram alguns dos fatores mais relacionados com "stress" em sociedades de pequena escala.⁴ Um destes fatores é o problema que uma sociedade mais simples enfrenta ao se achar em contato com uma sociedade complexa. Outro fator é o problema comum de precisar se submeter a um deslocamento

forçado, devido a problemas políticos, projetos de exploração mineral ou à construção de barragens.⁵ Os índios da A.I. Ibirama têm sofrido uma combinação desses dois problemas-- contato forçado com a sociedade brasileira e deslocamentos forçados.

Em fevereiro e março de 1983 tive a oportunidade de pesquisar a questão de "stress" entre esses índios. Fiz 41 entrevistas com adultos Xokleng e Kaingang, selecionados de acordo com uma tabela de números aleatórios. Como parte desta pesquisa apliquei duas medidas para avaliar o "stress." A primeira, a "psychosomatic stress scale," foi adotada do Cornell Medical Index, e tinha sido usada em pesquisas junto com grupos indígenas em vários lugares do mundo.⁶ Eram perguntas a respeito de preocupações, medos, depressões, irritações e sintomas físicos associados a "stress," tais como dores no peito, tremores e suores frios. A segunda foi uma escala para avaliar o "stress social," desenvolvida anteriormente pelo autor numa pesquisa junto com colonos que moravam perto da A.I. Ibirama. Esta escala se baseava em perguntas a respeito de problemas com a vizinhança, desconfiança na liderança, e problemas com o crime. Testes estatísticos confirmavam a confiabilidade destas escalas.⁷

No caso do "psychosomatic stress scale" era possível comparar a situação dos índios Xokleng e Kaingang com a situação de grupos indígenas em outras partes do mundo. Nestas comparações os índios da A.I. Ibirama demonstravam significativamente mais "stress" que qualquer outro grupo indígena até então pesquisado, com exceção dos índios Cree de Québec, no Canadá, que, no momento da pesquisa, também estavam enfrentando deslocamentos por causa da construção das barragens do "James Bay Development Corporation."

A escala de "stress social" foi aplicada apenas entre os índios da A.I. Ibirama e entre colonos nos arredores. Os índios tinham maiores índices deste tipo de stress que os colonos. Talvez, em parte esse "stress social" possa ser atribuído ao problema de "stress psicosomático". Os índios que manifestavam mais "stress psicosomático" também manifestavam, significativamente, mais "stress social."⁸ Pesquisas psicológicas confirmam que quem sofre mais problemas de "stress psicosomático" também manifesta maiores

problemas com brigas, criminalidade, e alcoolismo.⁹ O problema de atritos pessoais é evidente para qualquer um que passe um pouco de tempo na reserva indígena. Além das constantes trocas de acusações, há também frequentes discussões e brigas físicas entre os diferentes moradores da reserva. As crises e insatisfações com as lideranças dentro da reserva são crônicas.

Como descrito com maior elaboração por Müller,¹⁰ os moradores da reserva de Ibirama se dividem em quatro grupos principais -- "índios puros" (índios kaingang e xoklengs cujos antepassados vieram dos primeiros índios pacificados em 1914), "mestiços" (brancos casados com índios e os seus filhos), "cafuzos (indivíduos de cor negra cujos antepassados foram convidados para a reserva depois da guerra do contestado)," e "guaranis" (indivíduos de língua guarani). Além destes grupos, os "índios puros" se dividem em duas facções antagonicas que habitam áreas diferentes da reserva. Os "guaranis" e os "cafuzos" não se casam com outros moradores da reserva, mas há muitas relações de casamento entre os outros grupos.

A identidade étnica destes grupos não é fixa. Nas suas relações com autoridades de fora, todos os moradores podem enfatizar a sua identidade de "índio", mas dentro da área indígena, brigas políticas podem levar a redefinição da identidade de certas pessoas numa tentativa de excluí-las dos direitos de acesso às terras e aos recursos (principalmente madeira) da reserva. Os "cafuzos" podem ser vistos como "convidados" sem direitos à terra e assim tratados de forma paternalista pelos outros -- "a gente cuida deles e dá serviço para eles."¹¹ Os "guaranis," embora sempre reconhecidos como "índios" pelas autoridades de fora, podem ser rotulados de "guaranis" ou até de "paraguaios" numa tentativa de distingui-los dos outros moradores mais "legítimos" da reserva. Como os guaranis costumam mudar frequentemente de residência, muitas vezes para outras reservas, não possuem o mesmo status de "donos" da reserva que possuem os "índios puros." Os "mestiços" podem ser variavelmente definidos como "brancos" ou como "índios," dependendo das alianças políticas do momento. Finalmente, entre as duas facções de "índios puros" uma pode rotular a

outra de "kaingang" para distinguir esta facção dos "xokleng," considerados os legítimos donos da reserva.

Se observa melhor os problemas de liderança nas relações entre as tres facções que mantêm laços de casamento entre si, ou seja, os dois grupos de "índios puros" e os "mestiços." As definições dessas facções e as alianças entre elas mudam constantemente, de acordo com os interesses pessoais envolvidos. Por exemplo, os "mestiços" e os "índios puros," moradores na sede da reserva, vêm de forma diferente as suas facções. Para alguns "mestiços" trata-se de uma disputa entre os "índios" e a "família" do cacique. Para esses, o cacique foi cooptado pela FUNAI uma vez que vários membros da sua família recebem salários deste órgão para empregos como "tratorista," "motorista," "enfermeiro," e "serventes," embora dediquem pouco ou nenhum tempo a essas atividades. Para a facção do cacique, trata-se de uma disputa entre "índios puros" e "mestiços" que não possuem plenos direitos à reserva.

Para colocar em perspectiva o problema de liderança, comparei dados colhidos entre estas duas facções com dados semelhantes colhidos em outra sociedade indígena -- os Mekranoti-Caiapô. Embora os Caiapôs sejam reconhecidos na literatura antropológica como uma sociedade altamente dividida, as comparações mostraram que o faccionismo era bem maior em Ibirama. Enquanto todos os Mekranoti-Caiapôs concordavam sobre as pessoas consideradas líderes, as facções de Ibirama eram bem definidas, cada facção com sua própria liderança.¹² As disputas entre as várias facções chegam a tomar a forma de brigas físicas entre os líderes que levam os participantes ao hospital com ferimentos graves.¹³ Este faccionismo é especialmente problemático uma vez que dificulta uma ação coletiva por parte dos índios e enfraquece a defesa dos seus interesses, frente à sociedade envolvente.

O "stress" entre os índios de Ibirama tem origens múltiplas. Reconstruções do período pouco anterior a sua "pacificação" já ressaltam o problema de brigas constantes dentro do grupo.¹⁴ Possivelmente muitos desses problemas decorreram das agressões de bugreiros que os índios Xokleng sofreram no período imediatamente anterior à pacificação.¹⁵

Posteriormente, os problemas aumentaram com a restrição dos Xokleng a uma reserva que tiveram que compartilhar com outros índios e com "civilizados" que se estabeleceram dentro das suas terras.¹⁶ Nunca ficou resolvida a questão de definir claramente quem tinha e quem não tinha o direito ao usufruto desta reserva. A insegurança quanto a esses direitos provavelmente facilitou a "tragédia do comum" -- o problema de não proteger o que é compartilhado pela comunidade.¹⁷ A falta de uma organização interna mais forte tornou mais fácil a exploração indevida, por parte de interesses alheios, dos produtos da reserva como palmito e madeira de lei. Mais recentemente, os índios tiveram que enfrentar mais uma agressão a sua integridade -- a perda de parte das suas terras para a construção de uma barragem para a contenção de cheias.

A barragem afetou de várias maneiras o bem estar psicológico e social dos moradores da reserva de Ibirama. A longa espera para uma definição por parte da FUNAI e do DNOS, quanto às indenizações pelas terras a serem inundadas, criou insegurança e ansiedade. As enchentes provocadas pelos entupimentos da enseada e os danos materiais decorrentes destes entupimentos aumentaram a sensação de insegurança geral. A ambiguidade quanto aos direitos dos moradores no que se refere ao usufruto de diferentes partes da reserva criou conflitos quando se tratava da distribuição do dinheiro das indenizações e da realocação das casas. A necessidade de desmatar as terras destinadas a bacia da represa facilitou o ingresso de madeiros clandestinos dentro das terras indígenas. Isso, junto com a maior sensação de insegurança quanto aos direitos de famílias a diferentes partes da reserva, incentivou as pessoas a aproveitarem ao máximo os recursos da reserva, enquanto durassem. O resultado foi uma acentuação do problema da "tragédia do comum" num desmatamento desenfreado de toda a reserva.

Outro problema resultou das dificuldades de negociar as indenizações com autoridades nacionais e estaduais. Isto provocou maiores crises de liderança. Como tem ocorrido com outras populações que sofriam com a construção de represas nas suas terras,¹⁸ os moradores da A.I. Ibirama perderam a confiança nos seus líderes. Estes, incapazes de enfrentar de

forma eficaz as grandes burocracias, foram vistos pelos seus seguidores como incompetentes ou cooptados. Alguns índios chegaram a atribuir o faccionismo feroz da reserva diretamente a cooptação da família do cacique, depois que a FUNAI passou a pagar "salários" a sua família, o que ocorreu no início do projeto das barragens. Um estudo sobre a natureza destas facções confirmou em parte (mas só em parte) estas acusações.¹⁹

O problema de "stress" entre os índios do A.I. Ibirama é sério, pois afeta não apenas o bem estar psicológico individual, mas também o bem estar social e econômico de todo o grupo. Esse stress não pode ser atribuído a problemas inerentes aos índios. Toda a história de contato deste grupo com a civilização tem contribuído para a geração de problemas e eventos mais recentes tem apenas exacerbado uma situação já muito precária.

Notas

1. Weiss, Jay M. "Psychological Factors in Stress and Disease." *Scientific American* 226: 104-113, 1972.
2. Holmes, Thomas e Minoru Masuda, "Psychosomatic Syndrome," *Psychology Today*: 71-106, 1972.
- Aakster, C.W., "Psycho-Social Stress and Health Disturbances," *Society and Medicine* 8: 77-90, 1974.
3. Harmon, D.K., M. Masuda and T.H. Holmes, "The Social Readjustment Rating Scale: A Cross-Cultural Study of Western Europeans and Americans," *Journal of Psychosomatic Research* 14: 391-400, 1970.
- Rahe, Richard H. "Multi-Cultural Correlations of Life Change Scaling: America, Japan, Denmark and Sweden," *Journal of Psychosomatic Research*, 13: 191-195, 1969.
4. Berry, John W. and Robert C. Annis, "Acculturative Stress" The Role of Ecology, Culture and Differentiation," *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 5(4): 382-406, 1974.
- Berry, John W., *Human Ecology and Cognitive Style*, New York: John Wiley and Sons, 1976.

5. Hansen, A. e A. Oliver-Smith, (org.), *Involuntary Migration and Resettlement*. Boulder, CO: Westview Press, 1982.
- Lumsden, D. Towards a Systems Model of Stress: Feedback from an Anthropological Study of the Impact of Ghana's Volta River Project. In *Stress and Anxiety*, vol. 2., I. Sarason and C. Spielberger, eds. pp. 191-228. Washington: Hemisphere, 1975.
6. Berry, J. 1976.
7. Werner, D., "Psycho-Social Stress and the Construction of a Flood-Control Dam in Santa Catarina, Brazil," *Human Organization*, 44(2): 161-167., 1985.
8. Werner, D., 1985.
9. Berry, J., citado em Richardson, B., *Strangers Devour the Land. The Cree Hunters of the James Bay Area Versus Premier Bourassa and the James Bay Development Corporation*. Toronto: Macmillan, 1975.
10. Müller, Sálvio A., *Opressão e Depredação*, Blumenau, SC: Editora da FURB, 1987.
11. Müller, op cit.
12. Werner, D. 1985.
13. Ver Müller, op cit. para uma descrição mais detalhada de uma destas brigas.
14. Henry, J., *Jungle People, a Kaingâng Tribe of the Highlands of Brazil*, New York: Vintage Books, 1941.
15. Urban, G., *A Model of Shokleng Social Reality*, Chicago, IL: Ph.D. Dissertation, The University of Chicago, 1978.
- Santos, S.C. dos, *Índios e Brancos no Sul do Brasil: A Dramática Experiência dos Xokleng*, Florianópolis, SC: Edeme, 1973.
16. Santos, 1973.
17. Werner, D., "Duas Respostas Simplistas sobre os Direitos dos Índios à Terra," IN S. Santos, D. Werner, N.S. Bloemer e A. Nacke (org.), *Sociedades Indígenas e o Direito: Uma Questão de Direitos Humanos*, Florianópolis: Ed. da UFSC e CNPq, 1985, pp. 38-51.
18. Scudder, T., "Summary: Resettlement," IN W.C. Ackermann, G.F. White, e E.B. Worthington (orgs), *Man-Made Lakes: Their Problems and Environmental Effects*, Washington,

D.C.: American Geophysical Union, 1973, pp. 707-719.
19. Werner, 1985.

Arquivo ISA
Saúde: Um Fator Ignorado numa Situação de Mudança Rápida - 36
A Situação da Reserva Indígena Ibirama e a Construção da Barragem

E. Jean Langdon

Desde os primeiros contatos com os europeus, a saúde do índio sempre tem sofrido dramaticamente. A população indígena do Brasil, estimado a ser entre 2 e 3 milhões no tempo da conquista, consta hoje só com aproximadamente 200,000. Epidemias trazidos pelos brancos desempenharam um papel central nesta redução dramática da população indígena. Como Ribeiro justamente afirmou:

As doenças representaram sempre o primeiro fator da diminuição das populações indígenas... a história das nossas relações com os índios é uma crônica de chacinas e sobretudo de epidemias (1982: 208).

Na primeira instância, a vulnerabilidade frente as doenças europeas se devia as diferenças genéticas e a falta de resistência. Porém, a especificidade da saúde do índio hoje não se deve tanto a questão genética, mas se explica através dos processos históricos, sociais, e culturais influenciando a saúde. Este se aplica sobre tudo aos índios em vias de integração e índios integrados, como no caso dos índios do Posto Indígena Ibirama. Estes continuam sofrendo de problemas de saúde, resultados das mudanças ocasionadas pelo crescente contato com a sociedade nacional.

Suas condições sanitárias em geral não são satisfatórias. Destacam-se entre outros problemas: a elevada prevalência de doenças endêmicas como a tuberculose,

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____ / _____ / _____
cod. _____

a malária, a verminose e os frequentes surtos epidêmicos provocados por vírus; alta prevalência de doenças carenciais, sendo que, em alguns deles, há alto grau de desnutrição; danos psíquicos que originam alta prevalência de alcoolismo; saúde bucal precária; más condições de saneamento básico...(Miranda, et.al. 1988: 25).

A situação da saúde do índio se torna ainda mais complicada com os projetos de desenvolvimento, tais como a construção de barragens (Werner 1985b; Goodland and Irwin 1975). Na sua resenha sobre as consequências ecológicas e socio-culturais de barragens, Werner cita como problemas de saúde, epidemias de desinteria, sarampo, encefalite, e problemas de alimentação devido aos deslocamentos (Werner 1985b: 27). Suas pesquisas sobre a barragem de Ibirama destaca problemas de stress na reserva (Werner 1983).

Embora que nenhuma de nossas pesquisas em Ibirama, nem de FUNAI, e nem de outros pesquisadores têm dados completas sobre padrões epidemiológicos e dados específicos sobre a incidência de doenças, nossas observações, as do chefe do Posto em 1985, e as do médico da FUNAI em 1989 indicam que saúde é um problema sério, que a construção da barragem agravou uma situação já precária, e que não foram tomadas medidas especiais para medir o impacto da construção na barragem na ecologia ou na saúde e nem de resolver os problemas subsequentes de saúde.

A situação de saúde entre os grupos residentes na reserva não está boa. Observações feitas pelos pesquisadores da UFSC tanto pelo médico da FUNAI indica que as doenças

respiratórias, a tuberculoses, a gripe, e a desnutrição são comuns. Em 1985, presenciámos a morte de uma criança devido o estado avançado de desnutrição e a falta de pessoal adequados para diagnosticar-la e atender-la na reserva. Neste ano, com o início do funcionamento da barragem, um pesquisador afirmou que os índios estão sofrendo de surtos de diarreia e gripe (Nemem comunicação pessoal).

A situação de saúde se complica, pelo fato, que cada grupo étnico residente na reserva sofre de situações socialmente, culturalmente, e economicamente diferenciadas. Consequentemente, a situação de saúde de cada grupo se caracteriza por diferenças epidemiológicas e fatores etiológicos. Também, a manutenção das suas práticas tradicionais de cura e seu acesso ao atendimento médico dentro e fora da reserva são diferentes devido as relações étnicas na reserva e local de residência. Pesquisas epidemiológicas dos grupos e pesquisas sobre sua medicina tradicional são necessárias e urgentes.

A situação da saúde atual surge de dois problemas: (1) a falha por parte do governo brasileiro em algum momento, de criar uma política de saúde efectiva para o índio com serviços adequados, e (2) a construção da barragem que agravou uma situação sanitária já problemática.

Política da Saúde do Índio no Brasil:

Embora que os índios continuam sofrer taxas diferentes de mortalidade e padrões epidemiológicos diferentes de os dos brancos, ao largo da sua historia, o Brasil têm falhado

em desenvolver uma política efectiva de saúde do índio. Em primeiro lugar, o governo não tem garantido os direitos básicos que são fundamentais para saúde. Estes são: (1) a demarcação das terras, (2) a garantia de alimentação, e (3) a garantia de educação (União das Nações Indígenas 1988:8). Sem estes direitos garantidos, não é possível garantir o direito à saúde.

Uma parte do problema é devido a atitude ambivalente que o governo tem para com o índio. Ele tem sido visto como um obstáculo para desenvolvimento nacional tanto como um menor precisando de protecção. A situação dramática dos Yanomami frente o projeto Calha Norte demonstra esta ambivalência.

Em segundo lugar, nunca foram estabelecidos serviços adequados para os índios. Um dos objetivos da criação de SPI em 1910 foi de atender os problemas de saúde do índio. Embora algumas tribos foram salvas, a " pacificação das tribos hostis ocasionou a disseminação da fome, de doenças, de desintegração, tornando os índios parte do grupo mais miserável dos segmentos marginais da sociedade" (Costa 1989: 68). Os serviços de saúde do SPI sempre foram esporádicos e desorganizados. Dados sistemáticos sobre condições não foram mantidas nem pesquisados. No final da sua história, o SPI até causou deliberadamente doença, quando deu cobertores contaminados com varíola e outras doenças aos índios (Costa 1989: 68).

Não parte do SPI, o Serviço Nacional de Tuberculose (SNT) foi talvez um dos mais programas efectivos para atender problemas da saúde do índio, mas seu campo de acção foi limitado. Estabelecido em 1952, seus esforços foram dedicados pprimariamente aos problemas de tuberculose no Alto Xingu e na Araguaia região. Em 1956 o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA) junto com o SNT para dar atendimento aos índios e populações isoladas. Porém, os índios menos isolados com maior contato com a sociedade nacional não foram atendidos nos seus serviços.

Com sua criação em 1967, FUNAI estabeleceu uma Divisão de Saúde para atender especificamente aos prolemas de saúde do índio. Os objetivos de atendimento incluem o desenvolvimento em assistência em todos os níveis:

Prevenção primária: é realizada através de medidas de ordem geral: moradia, alimentação, saneamento básico, educação sanitária.

Prevenção específica: vacinação, controle de agrotóxicos, controle de zoonoses, etc.

Prevenção secundária: diagnóstico precoce, tratamento, inquéritos epidemiológicos e outras.

Prevenção terciária: reabilitação (impedir a incapacidade parcial ou total).

(Rosatto et.al. 1987: 21)

Porém, a FUNAI não tem conseguido estabelecer um sistema efectivo de serviços de saúde. Um problem surge a partir das questões organizacionais e burocráticos entre as divisões regionais da FUNAI e serviços estaduais de saúde. Porém, a razão maior surge da falta de recursos e apoio institucional

da FUNAI para garantir serviços adequados, pesquisa, e a manutenção sistemática de registros.

Os serviços são estruturados num sistema hierárquico, em que cada nível ascendente tem serviços mais completos e sofisticados. Na reserva, os índios devem ser atendidos por enfermeiros ou monitores de saúde, empregados da FUNAI e uma equipe volante do centro administrativo que faz visitas periodicamente. Vacinas, diagnóstico inicial, trabalho dentário, distribuição de medicamentos e educação sanitária são as responsabilidades. Como foi documentado em Ibirama, há problemas sérios no fornecimento de recursos humanos e financeiros para garantir que os postos de saúde das reservas funcionam satisfatoriamente.

Na teoria, 90% dos problemas de saúde devem ser resolvido na reserva. Casos que precisam de mais diagnóstico ou mais tratamentos sofisticados devem ser referidos aos hospitais locais e/ou serviços dos Ministérios da Saúde com quem FUNAI tem estabelecido convenios (INAMPS rural, Secretarias de Saúde dos Estados, SUCAM e INAM). Finalmente, os casos mais sérios devem ser transferidos as Casas do Índio no centro regional, que conta com convenios com vários hospitais. Na prática, esta estrutura de serviços não funciona adequadamente.

Entre 1973 e 1986, FUNRURAL se responsabilizou com o atendimento dos médicos e hospitais até a Reforma Sanitária. A experiência com FUNRURAL não foi satisfatória. Seus serviços foram despreparados. O resultado foi um atendimento

caótico e ineficiente; e na maioria dos casos, os profissionais de saúde no nível local não foram treinados adequadamente (Costa, D. 1989).

Hoje, com a Reforma Sanitária, o índio tem o direito dos serviços do INAMPS, porém, este tem resultado na continuação dos mesmos problemas: mau atendimento devido aos serviços caóticos e ineficientes e falta de preparação para lidar com populações indígenas. Emprego no posto de saúde é frequentemente um bico para o médico, resultando em poucas horas de atendimento e desinteresse. Há uma falta geral de entendimento da cultura e costumes do índio.

Com a Reforma Sanitária, a falta de compromisso da FUNAI se tornou mais patente. O Secretário da Divisão de Saúde da FUNAI declarou num seminário sobre a Reforma Sanitária e a saúde do índio na Fundação Oswaldo Cruz em Outubro de 1989 que a responsabilidade da FUNAI é a demarcação de terra e não a provisão de educação ou serviços de saúde para o Índio. Embora várias conferências se dedicaram a discutir que ação deve ser feita frente a Reforma Sanitária, ainda não foi apresentado uma proposta específica para a política e ação de saúde junto aos indígenas.

O Caso da Reserva Ibirama:

A Reserva de Ibirama é um estudo de caso excelente, demonstrando a falta geral de atendimento adequado de saúde desde seu estabelecimento tanto a falta de provisões especiais no caso da construção da barragem. É uma situação particularmente complicada devido a presença dos grupos

étnicos ocupando a reserva, cada um com sua situação particular de saúde e ainda mais, com acesso diferenciado aos recursos de saúde dentro e fora a fora reserva. As demoras contínuas na construção da barragem, as enchentes causadas pela construção, as demoras nos pagamentos de indenização, e a demora na construção das casas também tem prolongado a situação de stress.

Saúde e Pacificação:

Como é comum nos outros grupos indígenas do Brasil, a pacificação trouxe uma redução drástica da população devido a doença. A população dos residentes originais do território, os Xokleng, numerou aproximadamente 400 antes que Eduardo Hoeran contatou o grupo usando os Kaingang como intermediários. Entre 1914 e 1916 este número se reduziu até mais ou menos 150 devido a uma epidemia de gripe (Urban 1985). A história oral dos Xokleng conta deste período e as consequências de desorganização social e cultural. Urban perceptivamente diz que os Xokleng "nunca foram derrotados militarmente mas foram derrotados medicamente" (Urban 1985). Enquanto os índios lembram bem a devastação, E. Hoeran, seu pacificador e indigenista de SPI encarregado pelo posto indígena até 1954, aparentemente estava ignorante da epidemia e suas influências negativas na população (Urban 1985).

Embora não há estatísticas específicas sobre a saúde dos Xokleng, uma pesquisa das taxas de fertilidade e mortalidade indica que uma situação sanitária pobre continuo

por um período bastante prolongado depois do contato (Werner 1983). As taxas de fertilidade de 24 índias e 37 brancas da aldeia próxima de Barra Dolma foram comparadas. Os resultados foram classificados segundo 3 períodos de tempo, antes de 1954, 1954 até 1975, e 1975 até 1983. 1954 se distingue pela abertura da reserva. Estradas entrando a reserva foram construídas e contratos para a exploração dos recursos naturais foram estabelecidos, aumentando contatos com a sociedade envolvente. Durante ao primeiro período, a taxa de nascimentos vivos foi relativamente alta (96% probabilidade de nascimentos vivos). Porém, a mortalidade infantil e de criança foi alta, comparada à população branca. Até 1954, a probabilidade para a criança índia viver até 1 ano era 85%, e 72% de sobreviver até 10 anos. Esta situação ficou igual entre 1954-1974, enquanto para os brancos a probabilidade de viver até 1 ano foi 94% e 100% de sobreviver até 10 anos. Através dos dados comparativos dos Xavante e Mekranote onde a alta mortalidade depois do contato baixou rapidamente, Werner conclue que a alta taxa de mortalidade para os Xokleng durante 60 anos depois de contato é devida as "condições de vida precárias" e não as causas genéticas.

Desde 1974, as taxas de mortalidade entre os índios se assemelha mais as dos brancos da região: 90.9% probabilidade de nascimentos vivos; 93% de sobreviver até 10 anos. Os fatores como aumento de vacinas, atendimento médico-hospitalar em casos graves, e antibióticos tem sido

importante neste melhoramento da taxa de mortalidade (Santos 1973:255).

Embora a taxa de mortalidade melhorou e a população da reserva aumento nos ultimos 20 anos, devemos tomar em conta que o aumento do número de habitantes se deve em grande parte à migração a reserva por parte de outros grupos étnicos, incluindo os Kaingang, os Kafusos (nos anos 40), os Guarani (nos anos 50), e os Brancos. A população atual soma aproximadamente 860 pessoas, com 54% representando índios puros, 42% mestiços, e 7% brancos (Urban m.s.).

Serviços Médicos Oferecidos:

Atualmente há três postos de saúde na reserva: um ambulatório-enfermaria localizado na Sede e dois mini-postos em Bugios e Pacá. O posto na Sede consta com uma enfermaria com facilidades de internação para observação, duas salas de consulta (uma sendo para o dentista), e uma dispensa para os medicamentos. O ideal é ter um monitor de saúde e uma enfermeira em atendimento, mas muitas vezes falta o pessoal adequadamente treinados. Os mini-postos, cujo fim é prover um atendimento ambulatório nas areas mais longe da sede, devem contar com um monitor de saúde ou enfermeiro. Há uma equipe volante de saúde da Superintendência Executiva da FUNAI em Curitiba que periodicamente faz visitas.

Nos casos mais difíceis, os índios devem ser transferidos aos postos de saúde ou ao hospital em Ibirama, com FUNAI fornecendo o transporte. O próximo nível de atendimento hospitalar é Rio do Sul ou Blumenau, e logo

Chapecó, a sede regional para Ibirama. A Casa do Índio em Curitiba, na Superintendencia (Veja diagrama I) funciona para internação e tratamento em hospitais convenientes..

Lamentavelmente, a realidade do funcionamento destes serviços, tanto a falta de recursos resultam num sistema de serviços caóticos, e inadequados numa situação normal; nem pensar numa situação de crise, como a construção da barragem. Há problemas administrativos nos serviços não locais que causam confusão e um engarrafamento na Casa do Índio em Curitiba. Na reserva, o problema maior consiste da falta de recursos humanos e financeiros. Com a construção da barragem, houve uma interrupção nos serviços que até 1989 ainda não estava regularizada por falta de pessoal.

A realocização da população devido a lagoa da barragem que ia inundar a maioria das residências causou também a mudança do sede da FUNAI. Este foi construído e ocupado nos últimos meses de 1984. Um novo posto de saúde e escola foram construído ao lado da casa do Chefe do Posto. Durante a pesquisa em janeiro de 1985 realizada pela autora, o posto não constava com moveis, além de três camas. Os poucos medicamentos estavam amontados numa das camas e no chão. O único atendente era um índio alcoólico que mau atendia os índios. As vezes não respondia as solicitações de atendimento, e os índios se queixavam muito da falta de atendimento e medicamentos. Este posto atendia a maior parte da população da reserva, mas naquele momento se pode dizer

que o desempenho das responsabilidades do posto foi impossível.

O velho posto de saúde, na região de Paca, foi quase desativado durante o ano de 1985. O prédio estava velho, com vários problemas; a enfermeira ficou lá, mas nos últimos anos sua saúde tem se degenerado impedindo sua plena dedicação.

O mini-posto de saúde em Bugios parecia estar melhor organizado naquela momento, mas servia menos que um terceiro da população da reserva.

O chefe de Posto afirmou que o problema maior da reserva era saúde, mas ele estava sem recursos financeiros para resolver o problema. A FUNAI não mandava os medicamentos nem o equipamento para o posto. Não houve pessoal adequado para atender. Não houve recursos financeiros para levar os doentes a Ibirama ou Curitiba para maior atendimento. Ele constatou que a fome era um problema na reserva, particularmente entre os Guarani, mas a FUNAI não tinha um programa de alimentação. Em 1989, vários destes problemas ainda não foram resolvidos, como: problemas de pessoal, transporte, e medicamento? Frustrados com a falta de medicamentos da FUNAI, os índios da Sede já tinham montado seu próprio estoque de medicamentos.

Um caso exemplar da situação deplorável em 1985 foi a morte de uma criança Guarani. A mãe apareceu na Sede pedindo ajuda para levar a criança para a Casa do Índio em Curitiba. Estava muita pequena para su idade de 18 meses, indicando um

diagnóstico provável de marasmo. Nem o monitor nem o chefe do posto pensaram que precisava atendimentos maiores. Eles disseram que eles tinham curado a criança de diarreia há duas semanas e a mãe não estava dando comida suficiente, que só estava amamentando. Eles pediram para ela ficar na enfermaria vazia para receber suplementos de leite. A mãe ficou uma noite e voltou até a parte da reserva ocupado pelos Guarani, onde a criança morreu.

Além de uma falta de recursos adequados na reserva, há uma grande insatisfação com os serviços dos hospitais e médicos locais, um fato reconhecido pelo médico da FUNAI. Os índios se queixam de um atendimento diferenciado devido aos preconceitos que a população branca tem para os índios. Conseqüentemente, quando procuram serviços fora da reserva, geralmente procuram mais as farmácias para comprar remédios sem receita médica. Quando podem, os índios procuram pagar médicos particulares em casos serios, afirmando que recebem um atendimento melhor. Mas na maioria dos casos não há dinheiro para pagar um médico particular, e eles simplesmente aguentam.

Há muita procura na parte dos índios para tratamento na Casa do Índio em Curitiba, Paraná, que eles se avaliam mais positivamente que os serviços locais. Como Curitiba fica mais perto que Chapeco, onde devem ir, os índios de Ibirama tradicionalmente vão lá. Florianópolis tem os recursos mais sofisticados no estado de Santa Catarina, mas não há provisões para o atendimento dos índios nos hospitais. FUNAI

teoricamente deve pagar o transporte para a viagem, mas isto quase sempre não ocorre. Também, devido ao mau atendimento no nível local, muitos procuram a Casa do Índio em casos que realmente não precisam um atendimento sofisticado. Na pesquisa em 1985, a delegacia regional de Curitiba avisou o chefe de posto de só mandar casos de urgência, por este problema.

A provisão de serviços pela parte da FUNAI se complica ainda mais considerando que FUNAI esta sem dados sobre a epidemiologia dos índios e o quadro geral de saúde. O único registro mantido por FUNAI são as causas das mortes, mas pode considerar o diagnóstico da causa de morte na maioria dos casos errado ou só uma aproximação da verdadeira causa. Em fim, uma avaliação dos serviços de saúde por FUNAI para os índios resulta bastante negativa. Este problema se deve mais a falta de um compromisso da FUNAI de prover os recursos financeiros e humanos e para atender as necessidades de saúde. Os poucos profissionais da FUNAI trabalhando na area de saúde estão lutando em condições impossíveis. Há uma falta de pessoal adequado para o trabalho, e a provisão de medicamentos é inadequado. O aspecto mais satisfatório se encontram na questão de vacinas. Enquanto educação sobre saúde, FUNAI não dispõe de recursos dedicado a esta area.

O Caso de AIDS: Um Resultado das Mudanças:

A especificidade da situação de saúde de qualquer grupo se deve a um número de fatores sociais e económicos tanto a

presença dos elementos patológicos no ambiente. No caso de Ibirama, a construção da barragem tem contribuído aos vários fatores que começaram com a abertura da reserva nos anos 50 que tem aumentado a rapidez das mudanças na vida dos índios. Assim, a exploração da madeira, a mestiçagem da população, e as mudanças nos padrões culturais devido ao crescente contato com a sociedade envolvente têm criado uma situação de mudança rápida e caótica caracterizada por todos os problemas acompanhantes de saúde. Além das mudanças ambientais trazidas pela barragem, sua construção também agravou a situação da confusão na reserva e consta como um contribuinte indireto, mas importante, na situação de saúde. O caso de AIDS que ocorreu em 1988 é um exemplo de como uma situação exacerbada de mudança afecta a saúde. Também demonstra alguns dos problemas administrativos entre os Ministérios de Saúde dos estados diferentes e a organização regional de FUNAI, que não segue as divisões estaduais.

Os Xokleng não são monógamos e seus padrões de sexualidade se assemelha um tipo de casamento grupal. Com o aumento de contato com a sociedade branca e os recursos financeiros da madeira, estes padrões se estenderam para incluir a procura de prostitutas e prostitutos fora da reserva. Num caso, uma prostituta contaminada com AIDS casou com um Xokleng e foi morar na reserva. Em algum momento, o casal foi testado para AIDS pelo médico da FUNAI; o teste foi positivo em ambos casos, o Xokleng ainda não demonstrando os sintomas naquele momento. Por algum problema

administrativo, os resultados foram espalhados pelas jornais, e o casal foi quase expulso da reserva pelo índios. A situação ficou mais calma com a intervenção do médico da FUNAI.

A mulher morreu em 1989, e o Xokleng está em tratamento e sob observação. Pelas determinações do médico da FUNAI, a mulher teve contatos com pelo menos 30 homens na área, incluindo brancos e índios. Ele alegou que testou os residentes na reserva que foram indicados, mas a Comissão de AIDS em Florianópolis não cumpriu com sua parte de examinar as pessoas fora da reserva pelos problemas criados, de competência entre os serviços de saúde do estado de Santa Catarina (onde fica a reserva) e os serviços de saúde de Paraná (a Superintendência da FUNAI) onde os primeiros testes foram feitos.

Resumo:

Ao largo da história do Posto Indígena Ibirama, a saúde do índio nunca recebeu a atenção devida, e, embora há uma falta de dados completos, se pode concluir que as condições sanitárias têm sido precárias (Werner 1983). A construção da barragem exacerbou os problemas de saúde, contribuindo as mudanças socio-econômicas da reserva e criando uma situação de stress que ainda não completou. Apesar disto, a FUNAI não tomou providências adicionais frente as complicações trazidos pela barragem, e em alguns momentos, pelo menos, a provisão de serviços sofreu quedas significantes.

Bibliografia:

Costa, Dina Czeresnia 1989. "Politica Indigenista e Assistência à Saúde" Ciência Hoje 10(55):68-73.

Goodland, R.J.A. e Howard S. Irwin 1975. A Selva Amazônica: Do Inferno Verde ao Deserto Vermelho? São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia Editora Ltda.

Miranda, et. al. 1988. "O Tuberculose no Índio" Saúde em Debate (Janeiro) pp. 24-25.

Ribeiro, Darcy 1982. Os Índios e a Civilização. Rio, Editora Vozes.

Rosatto, Márcia, José Jaão de Oliveira, Carmem Lúcia da Silva e Lauro Francisco Mattei 1987. "Índios do Sul do Brasil". Mimeo, FUNAI/SUER, Curitiba.

Santos, Silvio Coelho dos 1973. Índios e Brancos no Sul do Brasil. Florianópolis, Editor Edeme.

União das Nações Indígenas 1988. "Os Povos Indígenas e o Direito à Saúde", Saúde em Debate Janeiro: 08-09.

Urban, Greg 1985. "Interpretations of Inter-Cultural Contact: The Shokleng and Brazilian National Society 1914-1916", Ethnohistory 32(3):224-244.

m.s. "Deep Structural Persistence and Change in Xokleng Culture." manuscripto, Universidade de Texas, Austin.

Werner, Dennis W. 1983. "Mudanças Demográficas no Posto Indígena Ibirama." Anais do Museu de Antropologia Ano XV, No. 16. pp. 24-34.

1985a "Psycho-Social Stress and the Construction of a Flood-Control Dam in Santa Catarina, Brazil." Human Organization 44(2):161-167.

1985b As Barragens no Vale do Itajai: Um Enfoque da Ecologia Humana. Florianópolis, UFSC. Trabalho apresentado para o concurso para Professor Adjunto no Departamento de Ciências Sociais.

A BARRAGEM E OS ÍNDIOS(*)

Silvio Coelho dos Santos

A situação dos índios Xokleng, Kaingang e Guarani, aldeados no Posto Indígena Ibirama, no alto Vale do Itajaí (SC), é dramática. Há muito esses índios estão sendo violentados por integrantes da sociedade dominante. No século passado, não foram poucas as razias dos bugreiros, estipendiados pelas empresas colonizadoras, pelos colonos e pelos governos provincial/estadual. A ordem era limpar a floresta de seus ocupantes, os Xokleng. Também os Kaingang foram submetidos e expulsos dos campos do planalto e acabaram dispersos em fazendas de criação ou confinados em colônias militares e, ou, em reservas, todas escassas em terras e em recursos naturais. À época da contatação dos Xokleng, 1914, duas famílias Kaingang foram trazidas do Paraná para Ibirama, com o objetivo de facilitar a submissão dos índios recém-atraídos. Os Guarani presentes em Ibirama são migrantes e ali se estabeleceram na década de cinquenta. Seus ancestrais, na região sul, foram duramente combatidos pelos bandeirantes paulistas, sendo submetidos, tornados escravos ou desbaratados.

A reserva indígena de Ibirama foi inicialmente criada pelo governo catarinense, em 1926⁽¹⁾, com o objetivo de man-

(*) Originalmente este texto integrou um dos capítulos do Livro Popos Indígenas e a Constituinte. Porto Alegre, Movimento/Ed. da UFSC, 1989.

(1) Essa área foi titulada em 1965 pelo Governo de Santa Catarina em favor da população indígena Xokleng, perfazendo a área total de 14.156 ha. O registro de gleba foi feito no Cartório de Ibirama, através do SPI. Ver SANTOS, 1970 e 1973.

ter confinados os Xokleng, que haviam sido contatados anos antes, por Eduardo de Lima e Silva Hoerhan. A tarefa de atração desses índios foi demorada envolvendo diversos servidores do Serviço de Proteção aos Índios, órgão criado pelo Governo Federal, com a finalidade de levar a paz ao sertão. O feito de Hoerhan foi heróico, pois logrou evitar que os brancos massacrassem os indígenas que então sobreviviam no vale do Itajaí, bem como impediu vítimas entre os próprios brancos.

As ações indigenistas desenvolvidas inicialmente pelo SPI e depois pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) fracassaram. A reserva indígena de Ibirama apresenta, hoje, um dos mais dramáticos quadros de relacionamento negativo entre índios e brancos. O abastardamento dessas relações acentuou-se nos últimos 15 anos, a partir do início da construção da barragem de contenção de cheias, localizada na barra do Dolmann e denominada barragem Ibirama. (1)

A construção dessa barragem faz parte de um conjunto de obras destinadas a evitar as periódicas cheias do vale do Itajaí. A obra é de responsabilidade do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e sua localização se avizinha da reserva indígena. Cerca de dois terços do lago que se formará nos períodos de cheias, situa-se no interior da reserva. São cerca de 870 ha de terras que serão ocupados, quando a barragem ficar concluída. Entretanto, desde o início das obras, boa

(1) A população indígena do PI Ibirama, conforme dados da FUNAI (1980), tem a seguinte composição: 529 Xokleng, 88 Kaingang, 102 Guarani, 129 mestiços, 185 cafusos e 18 brancos, totalizando 1.051 pessoas.

parte dessa área passou a ser periodicamente inundada. Isso por que a empresa responsável pela obra, construiu uma barragem de terras (ensecadeira), para desviar o curso do rio, que a qualquer chuvas represava as águas. À época, anos setenta, a FUNAI não fez qualquer reivindicação ao DNOS. Ao contrário, a FUNAI considerou que as terras ocupadas pelos índios integravam o patrimônio da União e assim o órgão tutor delas poderia dispor, inclusive cedendo-as para outro organismo federal. Nenhuma indenização foi prevista para os índios. Tampouco foram realizados quaisquer trabalhos destinados a preparar os indígenas para as mudanças que, breve, iriam ocorrer.

Logo que aconteceram as primeiras enchentes, os índios de Ibirama tiveram prejuízos concretos. Roças foram inundadas; casas destruídas; currais e depósitos carregados pelas águas; animais mortos. As reclamações começaram a ser feitas e só depois de muitas reivindicações, as primeiras indenizações dos prejuízos sofridos vieram a se concretizar. A indenização das terras, que serão ocupadas pelo lago de contenção, só ocorreu em 1982, em decorrência do iminente ajuizamento de uma ação contra o DNOS e a FUNAI, encetada pela OAB-SC, ANAI-RS e antropólogos. O DNOS repassou os recursos da indenização para a FUNAI e esta para os indígenas. Entretanto, nenhum trabalho esclarecedor precedeu essa entrega de recursos. Resultado, em poucos meses os indígenas haviam repassado os ganhos da indenização para o comércio de Ibirama. E como a penúria econômica dessa população já era crônica, o endividamento no comércio regional acabou intensificando a depredação que já vinha sendo feita no patrimônio florestal da reserva. Patrimônio, diga-se, de enorme valor, tanto pela variedade de espécies vegetais, como pelo seu signi-

ficado financeiro. Os interesses dos madeireiros regionais, a corrupção dos servidores da FUNAI, a falta de fiscalização de organismos como o IBDF e a FATMA, associados a uma falta geral de consciência ecológica por parte das lideranças regionais, acabaram permitindo que essa agressão chegasse aos extremos. Paralelamente, cumprindo compromissos assumidos com a Prefeitura Municipal de Ibirama e com a própria FUNAI, o DNOS fez construir uma estrada no interior da reserva - chamada estrada de contorno - que não resiste a qualquer crítica, sob o ponto de vista ecológico. (1)

Em decorrência da falta de planejamento e da inépcia administrativa, a população indígena de Ibirama abandonou quase que totalmente as práticas agrícolas e a pequena criação. A depredação dos recursos florestais é enorme. A Polícia Federal, o IBDF, a FUNAI e a Prefeitura de Ibirama têm realizado intervenções na área, sem nenhum resultado. Diversos processos foram instaurados contra os madeireiros que sistematicamente têm invadido a reserva, com a anuência ou não dos indígenas, sem

(1) A Dissertação de Sálvio Alexandro Muller Efeitos Desagregadores da Construção da Barragem de Ibirama sobre a Comunidade Indígena, apresentada ao PPGCS/UFSC, em setembro de 1985, e que deverá ser publicada com o título Opressão & Depredação, analisa em detalhes toda essa problemática. Esse trabalho se inclui num programa de estudos que vimos desenvolvendo, com a participação de outros colegas, sobre a questão da construção de barragens e suas conseqüências sociais. Ver SANTOS (organizador), 1983; SANTOS et alii, 1985; SANTOS, 1986; WERNER, Dennis. As Barragens do Vale do Itajaí - Um Enfoque de Ecologia Humana. Trabalho apresentado ao concurso de Prof. Adjunto, UFSC, 1985; WERNER, Dennis et alii. As Enchentes do Vale do Itajaí, as Barragens e suas Conseqüências Sociais. Relatório, UFSC/FINEP, 1986. SCHERER-WARREN, Ilse, e REIS, Maria José. As Barragens do Uruguai: A Dinâmica de um Movimento Social. Boletim de Ciências Sociais, UFSC, nº 41, abr/jun, 1986.

que qualquer punição efetiva tenha acontecido. Essa impunidade é acobertada por lideranças políticas regionais. Paralelamente, o DNOS acelera as obras da barragem e sua conclusão é prevista para 1987.

Essa realidade tem de ser compreendida de forma global. A exploração florestal que ocorre em Ibirama é decorrente de todo um quadro de dominação exercido pelos brancos. A não reação indígena a essa ação nefasta, deve ser entendida num contexto de miséria e de falta de alternativas para sobreviver. Proibir simplesmente a exploração florestal em Ibirama significa colocar os índios diante de uma situação de carência absoluta. Carência de recursos econômicos, de crédito, de alimentos.

Por isso, esse quadro dramático deve ser visto também de forma pedagógica. Ou seja, há que se tirar dele ensinamentos. Na verdade, Ibirama representa um exemplo de como não se deve construir barragens. Os engenheiros precisam saber disso. Os burocratas governamentais, também. Paralelamente, o aparelho de Estado responsável pelo que se denomina política indígenista, a FUNAI, tem de também tirar lições da experiência vivida pela população indígena de Ibirama. Lições duras. Lições que exigem ações imediatas. Ações destinadas a fundamentar um programa de recuperação das condições de sobrevivência econômica da população, a partir da utilização dos recursos florestais, de forma estratégica e racional. Recursos florestais que devem ser considerados como fundamentais para os indígenas e, paralelamente, essenciais para a manutenção do equilíbrio ecológico na região, em particular no que se refere ao êxito de qualquer programa de contenção de cheias. Há ainda, e imediatamente,

que recuperar o ethos tribal, valorizando as tradições indígenas e garantindo-lhes condições para sua efetiva sobrevivência enquanto integrantes de uma minoria étnica. (1)

A população indígena de Ibirama está sendo aviltada, com a conivência de muitos. A violência exercida sobre os indígenas é tal que não poucos índios falam em "deixar de ser índios; em virar brancos". A desorganização social é intensa. A miscigenação entre brancos e índios, ou entre índios e "mestiços", é rotina. Não poucos índios estão engajados, como prepostos de madeireiros regionais, na exploração florestal. O individualismo manifesta-se de maneira exacerbada e totalmente alheio às tradições tribais. Comete-se assim em Ibirama, com a conivência clara e objetiva da FUNAI, etnocídio.

(1) Não é a primeira vez que referimos a necessidade de a população indígena de Ibirama ser alvo de um indigenismo fundamentado no direito das minorias étnicas, decorrente de diversos convênios internacionais de que o Brasil é signatário. Ver SANTOS, 1970, 1973 e 1975: No ano de 1975, com o patrocínio inicial da UFSC/SUDESUL/FUNAI, e apoiados numa equipe interdisciplinar conseguimos elaborar uma proposta concreta denominada PROJETO XOKLENG. Lamentavelmente, não houve apoio para a implantação do que foi planejado e que pela primeira vez efetivamente levava em conta os interesses dos indígenas, sua sobrevivência e toda a questão da preservação ambiental e ecológica. Ver PROJETO XOKLENG, UFSC, 1975.